

# DA DEMOCRACIA

EM PORTUGAL

**REGRAS E  
IMIGRAÇÃO**

*Por Maria  
Eduarda Sousa*

**ENTREVISTA COM  
ANA CAVALIERI**

*Por Afonso Morais,  
Sebastião Camarinhas,  
Eva Silva, Cristian  
Bancu, e Madalena Ponte*

**SPORTSWASHING**

*Por Sebastião  
Camarinhas*

## AS DEMOLIÇÕES NO BAIRRO DO TALUDE

**EDIÇÃO XXXIX**  
Verão de 2025





**DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2025**

# FICHA TÉCNICA

**Diretor-Geral**

*Sebastião Camarinhas*

**Diretor-Geral Adjunto**

*Sara Marques*

**Diretor de Conteúdo**

*Maria Eduarda Sousa*

**Diretora de Arte e Forma**

*Francisca Cosme Ferreira*

**Chefe de Redação**

*Inês Dias*

**Diretora de Comunicação**

*Matilde Santos*

**Tesoureiro**

*Guilherme Saraiva*

**Equipa de Arte e Forma**

*David Vieira*

*Eva Silva*

*Sophia Sousa*

**Equipa de Revisão**

*Afonso Morais*

*Guilherme Saraiva*

*João Quaresma*

*Márcio Espírito Santo*

**Departamento de Entrevistas**

*Afonso Morais*

*Cristian Bancu*

*Eva Silva*

*Madalena Ponte*

*Sebastião Camarinhas*

***Contamos contigo para continuar a construir este projeto!***

Gostas de escrever artigos, ensaios ou de fazer entrevistas? Tens interesse em trabalhar com design ou edição de videos?

Na Da Democracia em Portugal precisamos de pessoas com vontade de contribuir em todos os aspetos da revista: Desde a escrita à revisão, da arte e forma até aos conteúdos audiovisuais.

Se queres fazer parte da equipa DDEP envia-nos um email para [dademocraciaemp Portugal@gmail.com](mailto:dademocraciaemp Portugal@gmail.com)

**Foto: Ricky Kharawala**

# do editor

/ SEBASTIÃO CAMARINHAS



*Desde que entrei na DDEP reconheci a importância que esta revista tem no Instituto de Estudos Políticos e no espaço académico que partilhamos. A DDEP sempre foi mais do que um simples projeto editorial: é um lugar de debate, de participação e de construção coletiva de ideias.*

*Assumir agora a Direção-Geral significa, para mim e para a equipa que me acompanha, continuar esse percurso com a mesma ambição, mas também com a vontade de renovar. É por isso que a Edição de Verão assume um significado especial: não é apenas mais uma edição, é o início de um novo ciclo para a revista. Um momento para reforçar a sua relevância, afirmar a sua identidade e projetar o seu futuro.*

*Com esta edição, queremos marcar claramente esse novo começo, mantendo a exigência que caracteriza a DDEP, mas também abrindo espaço a novas formas de pensar e de escrever sobre a política, a sociedade e a democracia em Portugal.*

**Bem-vindos a esta nova etapa da Da Democracia em Portugal!**

# CONTEÚDO

07

## LÁ FORA

Secção dedicada a assuntos internacionais.

22

## CÁ DENTRO

Secção dedicada a assuntos nacionais.

39

## A MEU VER

Secção dedicada à opinião.

46

## PHILOSOPHIA

Secção dedicada à reflexão filosófica e ao pensamento crítico.

51

## NÚCLEO MUSICAL

Secção dedicada à exploração da música.

55

## EM ENTREVISTA

Secção dedicada a entrevistas.

# ÍNDICE

**Sebastião Camarinhas** “*Sportswashing: porque é que governos autoritários investem tanto no desporto?*”, **pg. 8**

**Guilherme Saraiva** “*Comissão Europeia e a China*”, **pg. 12**

**Bruno Silva** “*Acordo UE-Mercosul: neocolonialismo a todo o vapor*”, **pg. 16**

**Márcio Espírito Santo** “*As Demolições no Bairro do Talude: Remédio Santo ou Receita Ineficaz?*”, **pg. 23**

**Inês Dias** “*Educação ou Doutrinação?*”, **pg. 27**

**Miguel Bento Alves** “*Portugal precisa de reformas, não de moções de rejeição (Moção PCP)*”, **pg. 31**

**Sophia Sousa** “*Fogos em Portugal*”, **pg. 35**

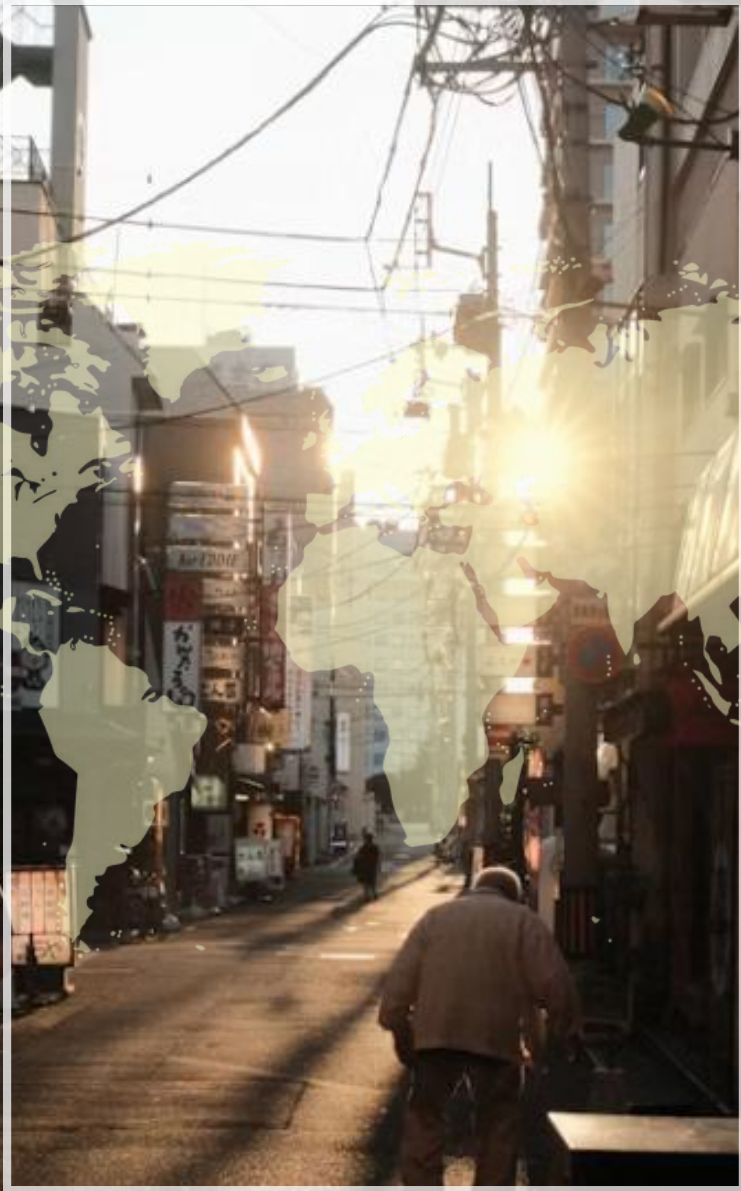
**Maria Eduarda Sousa** “*Regras, não moralismo: uma política de imigração responsável*”, **pg. 40**

**Madalena Ponte** “*A Inteligência Artificial - para lá da fronteira tecnológica*”, **pg. 43**

**Afonso Morais** “*Ibn Rushd - O filósofo esquecido da Península Ibérica*”, **pg. 47**

**David Vieira** “*Express - Um caminho para um novo som*”, **pg. 52**

Lá



Fora



## **Sportswashing.** *Porque é que governos autoritários investem tanto no desporto?*

POR SEBASTIÃO CAMARINHAS  
DDEP

**“O dinheiro não pode comprar o amor, e eu adoro o Galatasaray!”** Foi com esta frase que Victor Osimhen, a mais recente contratação do clube turco, foi apresentado depois de uma transferência de 75 milhões de euros. As transferências milionárias tornaram-se rotina no futebol moderno. Só em 2023, os clubes sauditas gastaram quase mil milhões de euros em jogadores (isto sem contar salários ou prémios), valores que eclipsam os mais de 200 milhões que a liga turca deverá investir este ano.

Para muitos adeptos, “a cavalo dado não se olha o dente”: os milhões vindos de fundos americanos, qataris ou sauditas são vistos apenas como combustível de um mercado global cada vez mais lucrativo.

Mas esta explicação económica não chega. Estes investimentos fazem parte de uma estratégia mais ampla: usar o desporto como ferramenta de influência política e reputacional, um fenómeno conhecido como sportswashing. Nós, enquanto estudantes de ciência política, devemos perguntar: **porque é que governos autoritários investem tanto no desporto?**

**O que procuram ganhar com estas operações?**

# Olympia

## LÁ FORA

Para responder a esta questão é importante olhar para o passado. O desporto sempre foi uma ferramenta de propaganda política, e poucos exemplos são tão claros como os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. A Alemanha nazi via este evento como uma oportunidade única para apresentar ao mundo uma imagem de força, disciplina e modernidade, mascarando a perseguição a minorias e a escalada de repressão interna. Hitler e o seu regime suspenderam temporariamente algumas das políticas antissemitas mais visíveis para evitar boicotes e procuraram usar os Jogos como prova da suposta superioridade ariana. A encenação foi total: estádios monumentais, cerimónias coreografadas ao detalhe e um aparato mediático sem precedentes. O regime encomendou à cineasta Leni Riefenstahl o filme *Olympia*, que usou técnicas inovadoras de filmagem para glorificar os atletas alemães e transformar os Jogos num espetáculo estético que reforçava a ideologia nazi. O impacto internacional foi significativo: muitos visitantes regressaram convencidos da “normalidade” do regime, dando a Hitler uma legitimidade que poucos anos depois seria crucial.

Este uso político do desporto não se limitou à Alemanha. A ditadura militar argentina fez o mesmo no Mundial de 1978, e a União Soviética procurou reforçar a sua posição internacional ao organizar os Jogos Olímpicos de Moscovo em 1980. Nem temos de olhar para além de casa: durante o Estado Novo, o desporto (nomeadamente o futebol) fazia parte da estratégia de Salazar para distrair o povo português. Foram construídos grandes estádios e a vida dos grandes clubes do futebol português era bastante facilitada. Estes exemplos mostram que o sportswashing não é um fenómeno recente, mas uma estratégia de longa data que está a ser empregada hoje a uma escala ainda maior.

O *sportswashing* sempre foi um fenómeno perigoso, mas no século XXI os perigos que este traz são maiores que nunca. Vivemos numa era em que os grandes jogos de futebol conseguem alcançar audiências sem precedentes. A final do Mundial de 2022, no Catar, foi vista por aproximadamente 1,5 mil milhões de pessoas, comparada com os 63 milhões que assistiram à final de 2002. A capacidade que foi adquirida de chegar a audiências globais transforma o desporto num instrumento de soft power sem precedentes: em poucas horas, um regime consegue projetar uma imagem positiva perante metade do planeta.

Foi isso que o Catar fez: usou o Mundial de futebol como um projeto nacional para se redefinir a nível global. Investiu cerca de 220 mil milhões de euros na preparação do evento: para além dos estádios, foram construídos novos aeroportos, redes de transportes e até cidades inteiras. Urbanisticamente, é um projeto impressionante, mas levanta sérias dúvidas quanto à sua utilidade futura. Mais grave ainda é o custo humano: centenas de trabalhadores migrantes morreram em condições precárias e surgiram múltiplas denúncias de violações de direitos humanos. O grande custo deste mundial não foram os milhões gastos mas a liberdade e vida dos milhares que foram varridos para debaixo do tapete com o apito inicial do primeiro jogo.

# LENI RIEFENSTAHL

## LÁ FORA

A Arábia Saudita segue uma estratégia semelhante. Como referi antes, os clubes sauditas gastaram quase mil milhões de euros em contratações de jogadores de renome. Paralelamente, como os cataris, o país organiza grandes eventos como a Fórmula 1, criou o circuito de golfe, recebe eventos da WWE e competições emergentes como eSports e até comprou um clube na liga de futebol inglesa (o Newcastle United, um histórico conhecido pelos seus adeptos de classe trabalhadora apaixonados pelo clube). Isto é tudo apresentado como uma forma de o jovem príncipe herdeiro saudita Mohammed Bin Salman dinamizar o país, abrir novas frentes económicas para além do petróleo. Mas, o que fica para trás são episódios como o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi símbolo da repressão e do silenciamento de críticos. Na altura, o regime foi duramente criticado, mas com o tempo as atenções esmoreceram. Hoje, quando se fala em Arábia Saudita, muitos associam imediatamente Cristiano Ronaldo antes de pensarem em Khashoggi.

A Rússia de Vladimir Putin também tem usado o desporto como ferramenta política. Para além da imagem cuidadosamente fabricada do líder a jogar hóquei no gelo, os Jogos Olímpicos de Sochi, em 2014, foram uma autêntica vitrine para o regime, com protestos reprimidos e um esquema de doping sistémico exposto mais tarde. Oligarcas próximos do Kremlin, como Roman Abramovich, compraram clubes europeus (como o Chelsea FC) que ajudaram a suavizar a imagem internacional de um Estado cada vez mais autoritário.

Então, já tendo visto as diversas formas como os estados estão presentes no desporto e também tendo visto o sportswashing como um fenómeno ao longo da história que é ainda mais pertinente hoje. Porque é que os governos autoritários investem tanto no desporto? Pois claramente não é por um grande amor ao jogo ou aos Blaydon Races no caso dos sauditas agora em Newcastle-Upon-Tyne. Eu resumo em duas grandes motivações a explicação para esse fenómeno.

Primeiro, a legitimidade interna. O desporto é um poderoso instrumento de coesão nacional. Ao trazerem as estrelas do futebol mundial para o seu “quintal”, os líderes de países autoritários podem alimentar o orgulho coletivo e desviar atenções de crises políticas ou socioeconómicas. Um exemplo claro é a Turquia: os clubes turcos estão a acumular dívida de forma insustentável, mas Erdogan incentiva este investimento porque instrumentaliza o forte nacionalismo e fanatismo futebolístico turco. Enquanto as bancadas se enchem de entusiasmo por ver craques internacionais, a erosão das liberdades democráticas passa para segundo plano. De acordo com a Freedom House, a Turquia está entre os dez países que registaram maior declínio nos seus índices de liberdade nos últimos dez anos. Mas, para o jovem turco que vive o futebol intensamente, tudo parece melhorar quando vê grandes estrelas a jogar no seu país.

Segundo, o soft power. Megaeventos e contratações milionárias permitem aos regimes autoritários associar-se a valores positivos como sucesso, cosmopolitismo ou glamour, ganhando legitimidade externa sem mudar substancialmente a sua política interna.

## LÁ FORA

Quando a Arábia Saudita oferece mais um contrato milionário a Cristiano Ronaldo, o objetivo não é apenas a performance desportiva: é associar-se a uma das figuras mais reconhecidas do planeta e extremamente influente no mundo árabe. Ao mesmo tempo, procuram afastar-nos das imagens de repressão e assassinatos políticos, mesmo que estes continuem a ocorrer. O soft power do desporto vai além da propaganda expressiva que mostra quão “forte e moderno” um Estado é pois é capaz de atuar de forma transformativa: ao moldar percepções, neutraliza críticas externas e normaliza regimes que, na prática, permanecem profundamente autoritários.

Mas o sportswashing não seria possível sem a passividade das organizações desportivas e dos clubes. A FIFA e o Comité Olímpico Internacional (COI) têm um longo histórico no que toca à atribuição de megaeventos a regimes autoritários, frequentemente ignorando alertas sobre violações de direitos humanos. O Mundial no Catar e na Rússia, os Jogos Olímpicos de Pequim e de Sochi são apenas alguns exemplos recentes em que interesses financeiros se sobrepuseram a considerações éticas. A ausência de regulamentação eficaz cria um terreno fértil para que o sportswashing prospere. Regular o desporto é extremamente difícil, porque é um fenómeno global, presente em todos os níveis: desde pequenas empresas a patrocinar equipas de juvenis até à organização de Europeus e Mundiais. Os próprios cataris argumentaram, na véspera do Mundial de 2022, que estas críticas só surgem quando países não-ocidentais organizam eventos. De facto, o uso do desporto para melhorar a imagem de um Estado não é exclusivo do Golfo Pérsico. Nos Jogos Olímpicos de Paris, a cerimónia de abertura procurou apresentar a França como um país cosmopolita, e no Euro 2024 exaltaram-se valores de inclusão e sustentabilidade enquanto a Europa enfrentava inflação e guerra. A diferença fundamental é que, no caso europeu, a organização destes eventos não implicou a violação sistemática de direitos humanos ou a supressão de liberdades básicas.

Concluindo, o sportswashing não é um fenómeno do futebol moderno. É uma ferramenta política e económica com efeitos profundos que desde os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 até hoje foram utilizados por regimes autoritários para se projetar como fortes, estáveis e modernos e ao mesmo tempo para esconder abusos e desigualdades dentro do país. É um fenómeno tornado ainda mais eficaz hoje não só pela tecnologia disponível mas também pela quantidade de dinheiro que é direcionado e pela cumplicidade das organizações desportivas, dos clubes, e de nós, os adeptos. Quando celebramos golos e títulos espectaculares sem questionar como estes vieram a ser, estamos a perpetuar um sistema que ajuda a normalizar estados autoritários e que silencia as suas vítimas.

Na era da globalização, nada existe num vácuo. Nem o desporto. A questão que nos resta é: até que ponto é que nós, enquanto adeptos e cidadãos livres, estamos dispostos a ignorar este abuso que nos cerca? Um abuso que pega em algo que nos é tão próximo, o desporto, e utiliza para retirar a outros as liberdades de que nós usufruímos. Até agora, o investimento dos vários regimes autoritários no desporto tem resultado pois tem lhes entregado exatamente o que querem. Rios de dinheiro e o nosso silêncio.



## Comissão Europeia e a China

POR GUILHERME SARAIVA  
DDEP

Num discurso ao Parlamento Europeu, a 8 de julho, Von der Leyen explicou o que a Comissão Europeia pretendia da cúpula de dia 24:

Primeiro, elogiou o milagre económico chinês, especificamente a substituição de vilas por megacidades e a retirada da pobreza de 800 milhões de chineses.

*“Once an agrarian society, China has become an industrial giant and a clean tech leader. Once an underdeveloped country, it has turned into the largest lender to developing nations. China has always been one of the great global civilisations. But in the last fifty years, it has also become one of the great global powers.”*

Contudo, de seguida, mudou a retórica e apontou críticas ao regime chinês. Apontou que a UE e a China são duas das maiores potências económicas e comerciais do mundo; contudo, apenas trocam 2 mil milhões de euros por dia, sendo apenas o dobro do que é comercializado com a Suíça. Para Von der Leyen, tal deve-se ao acesso limitado da UE ao enorme mercado chinês.



## LÁ FORA

Em contrapartida, aponta que o excedente comercial da China para a UE passou os 300 mil milhões de euros no ano passado, enquanto se torna cada vez mais difícil para as companhias europeias expandirem os seus negócios na China. Segundo a Presidente da Comissão Europeia:

“Our products are systematically discriminated in public procurement, because of Beijing's ‘Buy China’ policy. Goods and services that are ‘made in China’ get an automatic 20% price advantage in public bids. This is simply not fair. The system is explicitly rigged.”

Enquanto a Europa continua fundamentalmente aberta, as companhias europeias estão a perder rapidamente porções de mercado na China. Por último, aponta que a China não pode depender das exportações para resolver os desafios económicos domésticos.

“If our partnership is to move forward, we need a genuine rebalancing: fewer market distortions, less overcapacity exported from China, and fair, reciprocal access for European businesses in China.”

Resumindo, a Comissão Europeia pretende procurar uma política de “de-risking” e não de “de-coupling”, ou seja, resolver em colaboração com a China os problemas apontados, e não uma política de abandono. Verdade seja dita, as expectativas para a cúpula de dia 24 não eram altas. Além de palavras bonitas de nostalgia e esperanças de futuro, o que Von der Leyen conseguiu foi pouco. Como vitória, apontou a colaboração da China no desenvolvimento de tecnologias e procura de soluções para combater as alterações climáticas. Mas o destaque vai para os “esforços” das autoridades chinesas em aumentar a velocidade de atribuição de licenças para recursos naturais essenciais.

Sobre as exportações, diz que a UE precisa de ver progresso na resolução do excedente comercial chinês com a União, sobretudo sobre o excesso de produção que não é consumido e inunda mercados, e as restrições chinesas sobre importações de outros mercados. A resposta da China resume-se em estarem “de olho” sobre esse problema.

A política de de-risking faz sentido e é acertada; contudo, enfrenta problemas substanciais na forma como a Comissão Europeia pretende aplicá-la.

Von der Leyen refere que a China tem de parar de inundar os mercados mundiais com produtos em excesso que promovem uma concorrência desleal, visto que são subsidiados pelo governo, enquanto restringe as importações de outros mercados e dá vantagens e benefícios a empresas chinesas em concursos públicos.

A questão é que estes “problemas” fazem parte da política internacional e doméstica chinesa, como refere o próprio nome da política “Buy China”. De forma resumida, esta política procura resolver os problemas domésticos chineses promovendo a compra de produtos chineses, restringindo a compra de produtos estrangeiros e exportando os excedentes para os mercados internacionais, através de uma produção em massa e subsidiada, que acaba por inundar os mercados.

Tal resulta numa vasta oferta de produtos chineses, como os carros elétricos, a preços baixos em comparação com os produtos locais, mais caros e em menor quantidade. O resultado é uma concorrência desleal que favorece a posição internacional das empresas chinesas. Por exemplo, o mercado de carros elétricos na Europa, onde empresas chinesas como a BYD inundaram o mercado europeu e levaram grupos europeus, como a Volkswagen, a encerrar fábricas de produção de veículos elétricos, o que resultou em grandes perdas económicas.

Se a China se tornou uma potência tecnológica e comercial mundial, como referido por Von der Leyen, tal deve-se a esta política agressiva e desleal. A UE bem pode criticar e pedir que a China resolva esses problemas, mas a realidade é que a China não tenciona parar, mas sim aumentar cada vez mais esta inundação dos mercados internacionais com produtos chineses, e cada vez mais restringir o acesso de companhias internacionais ao mercado chinês, especialmente no ramo tecnológico, devido à política de confucionismo digital chinesa, visto que quanto menor o acesso de multinacionais estrangeiras ao mercado chinês, mais fácil se torna o controlo do PCC sobre a sociedade chinesa.

O problema não está na política europeia em si, mas na forma como age perante o de-risking. A solução, e bem, mencionada por Von der Leyen, não pode ser uma de corte de relações. Contudo, também não pode ser uma de pedir à China para mudar a sua política internacional ou a forma como opera internamente. O sistema meritocrático chinês permite esta facilidade em produzir e financiar, que os países democráticos, como os europeus, não têm. Desta forma, Xi Jinping não tenciona abandonar esta forma de agir.

Em vez de lamentar que a UE mantém os mercados abertos por apoio a uma ideologia de livre circulação, está na hora da UE jogar o jogo como Xi Jinping e Donald Trump o têm jogado: tem de se combater fogo com fogo. Neste caso, impor restrições às importações provenientes da China em setores que afetem a sua política internacional.

## LÁ FORA

Em vez de pedir um maior acesso das companhias europeias ao mercado chinês, a UE tem de realocar esses esforços para desenvolver os negócios das empresas europeias em mercados emergentes, como a Indonésia, o Vietname, a Malásia, as Filipinas e, sobretudo, no continente africano, aumentando igualmente os planos de investimento europeus em aliados estratégicos e em países que se possam tornar em aliados, combatendo o investimento chinês do BRI.

Se bem jogado, esta pode ser uma solução entre muitas outras que possam surgir; porém, nenhuma delas pode esperar que a China mude a forma como atua por respeito ao sistema internacional de comércio. Mas, infelizmente, o caminho que Von der Leyen aparenta procurar é esse mesmo.

Esta cúpula UE-China, pelo que aparenta, foi um fracasso, e somando ao acordo comercial com os EUA, que benefícios a longo prazo aparenta ter poucos, a pergunta que se faz é se a União Europeia tenciona pensar só no presente, ou se finalmente decide olhar para o futuro e se procura manter-se estagnada e em declínio gradual ou se procura reforçar a sua posição internacional e continental enquanto ainda é possível fazê-lo.





## **Acordo UE-Mercosul: neocolonialismo a todo o vapor**

POR BRUNO SILVA

DDEP

No dia 8 de junho, o presidente Lula e o presidente do Conselho Europeu, António Costa, se encontraram em Mônaco. Neste encontro estratégico, que reforçou a importância da diplomacia para ratificar um futuro acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, António Costa enfatizou a importância de estreitar parcerias e investimentos. Lula, por sua vez, reafirmou sua convicção de que haverá a assinatura formal do tratado finalizado em dezembro do ano passado, até o fim do ano, devido à presidência brasileira do Mercosul.

O acordo, atualmente em fase de ratificação pelos parlamentos nacionais, se insere em um contexto de intensa reorganização das cadeias globais de valor (CGVs). Em paralelo, a imposição de tarifas de até 50% em produtos brasileiros pelo presidente estadunidense Donald Trump reconfigura o eixo tradicional das relações econômicas entre ambos os países, cujas relações eram marcadas por uma interdependência assimétrica.

## LÁ FORA

O acordo aqui discutido abre a possibilidade de ampliar a dependência estrutural da América do Sul, tanto no plano produtivo quanto no plano estratégico. Essa dependência se manifesta na concentração de produção em commodities, na falta de diversificação econômica e na dependência tecnológica e financeira. Isso significa que a inserção do mercado do Mercosul não torna tais economias maduras; pelo contrário, aprofunda a posição de dependência. Celso Furtado denominou esse processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” em sua obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*.

Acordos de liberalização entre economias com níveis distintos de produtividade tendem a reforçar a posição periférica das economias menos desenvolvidas. A literatura clássica da economia política já demonstrava concordância com tais argumentos: Friedrich List, no século XIX, defendia que as nações economicamente centrais, após o alcance do estágio da industrialização, passaram a advogar pelo livre comércio com objetivo de impedir que as nações periféricas pudessem alcançar o mesmo nível de desenvolvimento.

No caso presente, há claras semelhanças: a União Europeia exportará produtos com alto valor agregado (máquinas, produtos farmacêuticos, automóveis) enquanto os países do Mercosul continuarão a exportar commodities agrícolas e minérios. Isto se trata de um arranjo que consolida a divisão internacional do trabalho hoje existente e aprofunda o processo de enfraquecimento da já debilitada base industrial do Mercosul.

Nos países do Mercosul, haverá claros vencedores com o acordo, e nenhum deles será a maioria do povo. O principal beneficiário do acordo será o agronegócio exportador brasileiro, de uma forma reprimarização da economia, consolidando a posição do país como meramente agroexportador. O agronegócio brasileiro, altamente competitivo em mercados internacionais, cuja lógica de expansão tem gerado sérias implicações internas, tal como a priorização de commodities como milho, soja e carne para a exportação, provoca problemas sérios no país. Tais problemas são a redução da produção de elementos básicos para o mercado interno, uma pressão inflacionária sobre produtos essenciais para a segurança alimentar, o avanço da fronteira agrícola sobre terras indígenas e áreas de preservação ambiental e a intensificação dos conflitos fundiários e violência no campo. Estes problemas, cujos alertas já haviam sido feitos no passado, culminam hoje em crises importantes no seio da população amazônica, como a falta de alimentos como o açaí, tradicionalmente consumido com peixe no Pará, ou mesmo na alarmante savanização da Amazônia, que preocupa cada vez mais cientistas. Isso é um dos pontos que fazem o acordo UE-Mercosul um dos mais nocivos para os povos da Amazônia e região, já que seu modo de viver está em risco, incluindo a sua culinária, a sua saúde e as suas vidas.

## LÁ FORA

A concentração de lucros no setor agroexportador aprofunda o desequilíbrio político no Brasil, tendo em conta a crescente influência da bancada ruralista no Congresso brasileiro.

É relevante mencionar a aprovação do “PL da devastação” no Congresso, projeto de lei que facilita o desmatamento de áreas protegidas, anistia garimpeiros ilegais e dificulta a competitividade dos pequenos produtores e da agricultura familiar. Isso põe em causa a maior fonte de alimentos dos brasileiros, sendo cerca de 70% dos alimentos consumidos nacionalmente, e 10 milhões de empregos diretos no meio rural no Brasil.

A agricultura familiar já sofre com dificuldades quanto à sua competitividade e falta de acessibilidade a créditos, em comparação com o setor agroexportador, que recebe por ano cerca de 500 bilhões de reais, contra 89 bilhões neste ano para a agricultura familiar.

O PL da devastação claramente favorece os interesses do setor agroexportador, além de pôr em causa milhões de vidas pelo desmatamento, pela poluição de rios e pelo uso de agrotóxicos, que serão consumidos no mercado ou usados para expulsar povos indígenas de suas reservas (inclusive com aviões usando agrotóxicos como arma).

Neste caso, nota-se de forma clara a correlação entre o poder político e o econômico, apontada por diversos analistas, sendo uma das engrenagens que sustentam a força do agronegócio. O acordo com a União Europeia não irá corrigir esse desequilíbrio; pelo contrário, reforçá-lo-á, legitimando um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador e ambientalmente predatório.

A entrada facilitada de produtos industrializados no mercado brasileiro, como previsto no acordo, ameaça aprofundar o atual processo de desindustrialização do Brasil. Setores estratégicos, como o automotivo, a produção de máquinas e equipamentos, eletrodomésticos e químicos, terão mais dificuldade em competir com empresas europeias altamente produtivas, intensivas em tecnologia e fortemente apoiadas pelos seus respectivos Estados, ao contrário da debilitada indústria brasileira, cuja ausência de políticas industriais consistentes há décadas impediu o seu desenvolvimento. Tal desequilíbrio deve resultar em desemprego industrial, informalidade crescente no setor, perda de autonomia tecnológica e acelerada desnacionalização de setores produtivos-chave.

## LÁ FORA

A irrestrita liberalização comercial opera, neste contexto, como vetor de regressão estrutural. Celso Furtado havia advertido que uma economia que se abre prematuramente à concorrência externa, sem ter consolidado uma estrutura industrial robusta, corre o risco de perpetuar um padrão de subdesenvolvimento que se baseia em uma especialização primário-exportadora e na dependência econômica dos centros decisórios estrangeiros. O resultado seria a manutenção da heterogeneidade estrutural no país, isto é, a coexistência de setores modernos voltados à exportação e vastas áreas de atraso tecnológico e social no mesmo território. A história mostra que os países da periferia do sistema nunca superaram essa condição sem recorrer a políticas deliberadas de proteção, incentivo e planejamento a longo prazo. Esta tese é reforçada pelo autor sulcoreano Ha-Joon Chang, em sua obra *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. O acordo UE-Mercosul age de forma oposta: cristaliza a condição de subordinação do Brasil na economia global, mantendo-o como mero fornecedor de matérias-primas e minando a sua capacidade de construir um projeto de desenvolvimento soberano.

As novas tarifas estadunidenses ao Brasil forçam um realinhamento com a Europa. As recém discutidas tarifas de 50% sobre produtos de exportação cogitados pelo governo Trump se inserem em uma lógica imprevisível e agressiva da política comercial. Tal decisão atinge especialmente os produtos agrícolas, aço, alumínio e até aeronaves. Devido a isso, o acordo com a União Europeia passa a ser visto, em alguns círculos dentro do Itamaraty e do setor privado, como uma alternativa à instabilidade da relação com os EUA. Apesar disso, a possível relocação de rotas comerciais não ocorre de forma neutra. Ao tentar buscar refúgio aos mercados europeus, o Brasil arrisca agravar a sua condição de exportador de matérias-primas, aumentando de tal forma a dependência estrutural e perdendo margem de manobra para o desenvolvimento de políticas públicas autônomas e focadas em avanço social. Além disso, o novo protecionismo estadunidense revelou a fragilidade da estratégia nacional de inserção internacional. A ausência de coordenação estratégica entre os países do Mercosul, somada ao enfraquecimento do BRICS e à recusa do Brasil em integrar a Nova Rota da Seda, mostra de forma clara uma política externa do governo Lula III” ainda hesitante face a uma possível “nova ordem mundial” , e com pouca vontade de “peitar” ataques internacionais à sua economia e ao seu modo de ser, como na carta de Trump em defesa da família Bolsonaro.

## LÁ FORA

O acordo UE-Mercosul não é livre de críticas fora da academia. Os movimentos sociais têm sido a oposição ativa ao acordo. Movimentos como o MST, a Via Camponesa, a Teia dos Povos, a CPT e a APIB têm desempenhado um papel central na crítica pública ao tratado, alertando para seus impactos sobre os territórios, os modos de vida tradicionais e a própria soberania nacional. Ao contrário do que é dito nos círculos institucionais, tais movimentos não apenas resistem: eles constroem propostas alternativas. As críticas articulam dimensões econômicas, ambientais, sociais e políticas do subdesenvolvimento e questionam a lógica de integração subordinada que o acordo perpetua. Nas formulações dadas pelos demais movimentos sociais, a soberania alimentar surge como princípio de justiça e segurança, a agroecologia como contraponto à destruição pelo agronegócio, e a reindustrialização com base ecológica e territorial como caminho para uma economia voltada às necessidades internas. Em sincronia, os movimentos defendem uma integração latino-americana solidária, fundada na cooperação entre os povos e na não reprodução de assimetrias históricas. Isso demonstra que qualquer tentativa de construção de modelos alternativos de desenvolvimento exige recorrer à experiência histórica desses movimentos e considerar as suas práticas concretas, cujas ações revelam caminhos reais para o rompimento com o subdesenvolvimento.

O Acordo UE-Mercosul, promovido como um marco de modernização e abertura dos mercados, revela os contornos de uma armadilha histórica. Ao reforçar a especialização primário-exportadora e marginalizar a indústria nacional, aprofundando a dependência estrutural sul-americana em relação aos centros hegemônicos da economia internacional. O acordo, longe de representar a inserção soberana nas cadeias de valor, reafirma o papel periférico e subordinado do Brasil e do resto do Mercosul, como meros exportadores de matérias-primas, importadores de tecnologia, de produtos com valor agregado e de vulnerabilidades. O governo Trump, com sua recente imposição de tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros, ilustra a instabilidade do cenário geoeconômico. Em vez de promover uma reavaliação estratégica do modelo de inserção internacional do Brasil, a ofensiva tarifária tem servido, paradoxalmente, como justificativa para acelerar a ratificação do acordo com a União Europeia. Tal acordo tem sido visto, em certos círculos, como uma alternativa compensatória à deterioração das relações com os Estados Unidos. No entanto, trocar uma dependência por uma outra não representa um ato de soberania, mas um ato de voltar a pôr o Brasil em um tabuleiro, acomodando-o em uma posição subordinada, onde permanece como peça e nunca como jogador. Tal lógica, mantida há décadas, ignora as vozes dos movimentos sociais que propõem uma alternativa ao caminho seguido, baseando-se na soberania alimentar, na agroecologia, em uma reindustrialização ecológica e na cooperação regional solidária.

## LÁ FORA

Rejeitar tais alternativas é teimar em um modelo que concentra riqueza, destrói ecossistemas e aprofunda desigualdades. Ratificar o acordo, em tais condições, não é apenas um erro diplomático: seria um ato de rendição política, econômica e histórica. Se houver, de fato, a vontade do Brasil em construir um futuro que supere a lógica do subdesenvolvimento, o país terá de romper com a repetição do passado.

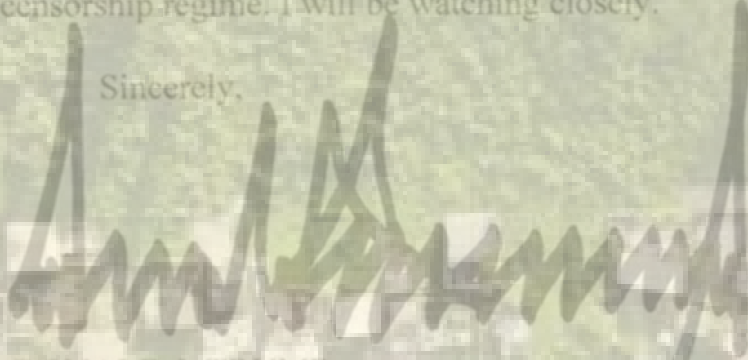
The Honorable  
Jair Messias Bolsonaro  
38th President of the Federative Republic of Brazil  
Brasilia

Dear Mr. Bolsonaro:

I have seen the terrible treatment you are receiving at the hands of an unjust system turned against you. This trial should end immediately! I am not surprised to see you leading in the polls; you were a highly respected and strong leader who served your country well.

I share your commitment to listening to the voice of the people and I am very concerned about the attacks on free speech — both in Brazil and in the United States — coming out of the current government. I have strongly voiced my disapproval both publicly and through our Tariff policy. It is my sincere hope that the Government of Brazil changes course, stops attacking political opponents, and ends their ridiculous censorship regime. I will be watching closely.

Sincerely,



DONALD J. TRUMP  
PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF AMERICA



# CÁ DENTRO



# As Demolições no Bairro do Talude: Remédio Santo ou Receita Ineficaz?

POR MÁRCIO ESPÍTO SANTO  
DDEP

A questão não é de fácil abordagem. Mas, tentarei aproximar-me do que julgo ser uma resposta coerente e estruturada, desde já adiantando que não vou agradar a “gregos e troianos”, mas que também não é esse, de todo, o objetivo. Sendo os moradores do Bairro do Talude de evidente origem africana, não é possível separar a questão da imigração (legal ou ilegal), da questão da precariedade laboral e da questão da crise na habitação. Sendo assim, as três temáticas serão aprofundadas.

Como pode um país civilizado consentir em imigração desta natureza? Qual é o seu verdadeiro propósito? Se for ter mão-de-obra barata para ocupar trabalhos de força braçal, então aqueles que defendem um país de “portas escancaradas” não são verdadeiramente humanistas, como gostam de acreditar — e pior do que tudo, de fazer os outros crer — que são; são sim utilitaristas, na esteira de John Stuart Mill e de Jeremy Bentham. Assim os descrevo, pois o seu interesse em ter cá mais imigrantes segue uma lógica egoísta e altruísta.



## CÁ DENTRO

Egoísta, porque a população autóctone, maioritária, beneficiaria com a entrada de imigrantes com baixas qualificações; e altruísta, uma vez que esses mesmos imigrantes, ao se dedicarem a empregos desprezados pelos portugueses (na sua esmagadora maioria brancos, mas não só), estariam a cumprir uma função voluntariosa (pois, afinal, ninguém os convidou a virem para cá, eles próprios tomaram essa iniciativa), que, lá está, igualmente beneficiaria Portugal.

Ora, este pseudo-humanismo, que nada mais é do que utilitarismo transaccional, tem criado enormes problemas sociais e já foi identificado como iníquo pela população maioritária, porquanto, ao dia de hoje, o centro vital político-parlamentar deslocou-se bastante para a direita, desde as eleições legislativas de 18 de maio, com o partido Chega! a tornar-se na segunda força política, e, conseqüentemente, a assumir a liderança da oposição. Tudo bem que as campanhas eleitorais da AD e do Chega! não foram monotemáticas; contudo o tema da imigração descontrolada marcou claramente as últimas eleições.

Mas, recentrando esta análise no seu escopo, era importante aludir ao problema/solução da imigração, porque o Bairro do Talude, tendo também alguns moradores com nacionalidade portuguesa e com título de residência válido, é, na sua essência um bairro de imigrantes (até porque ter nacionalidade portuguesa não implica abdicar da nacionalidade do país de origem, pelo que é possível ser português e imigrante, em simultâneo; o mesmo não se aplicando a quem é português por *ius solis* e por *ius sanguinis* e tem só uma nacionalidade, independentemente da sua raça). Assim sendo, este tipo de imigrantes voluntaristas que há vários anos entraram em Portugal (que faz parte do Espaço Schengen) ou que vieram para cá com o mui generoso visto CPLP, em busca de uma vida melhor foram, enganados pelas expectativas que criaram. Há, entre eles, até aqueles que dizem que nos seus países de origem em África viviam melhor; outros que era igual...

## CÁ DENTRO

Estes indivíduos, que vieram para cá ingenuamente, não sabiam que seriam vítimas de exploração laboral, nem que haveriam de ser vítimas da crise habitacional prevaiente já em todo o país. Por isso, querendo aqui ficar e não podendo arrendar um imóvel (um quarto ou uma garagem que fosse), apenas restava uma solução: construir barracas e morar nelas. As casas abarracadas no Bairro do Talude foram ilegalmente construídas naqueles terrenos, cumpre sublinhar. Mas, eram tantas que o número da porta de uma dessas construções já ia em mais de mil. Este comportamento endémico de pessoas de determinadas proveniências perante as dificuldades tem de ser travado, e o Presidente da Câmara Municipal de Loures, que até é do PS e a quem tiro o chapéu, procedeu corretamente e de acordo com a lei, limitando-se a aplicá-la. Infelizmente, o problema da habitação é generalizado. Portugal é dos portugueses, assim como a China é dos chineses. Mas será mesmo assim?

Na realidade, Portugal já não é tão português quanto isso. Com os jovens portugueses a emigrar e os imigrantes extra-comunitários a entrar, Portugal viu a sua paisagem demográfica alterar-se, mas a defesa da sustentabilidade da economia e da segurança social, que são os grandes trunfos dos utilitaristas transacionais, é algo que ainda está por verificar. O que se sabe é que quem desconta para a segurança social não o faz por altruísmo; fá-lo porque é obrigado e porque mais tarde também espera receber uma pensão do Estado. De acordo com a Fundação Francisco Manuel dos Santos, existem quase 1 milhão de imigrantes em Portugal desempregados ou sem emprego declarado e, perante isto, a questão que se coloca é: **o que é que eles estão aqui a fazer?**



## CÁ DENTRO



Como é possível alguém entrar na Europa vindo de África, ainda que de um país CPLP (e nem vou discutir o nível de língua generalizado na maioria dos países africanos que se dizem falantes de língua portuguesa), que é o continente com os maiores índices de pobreza do mundo, sem ter de mostrar ter condições de subsistência básica para pelo menos 6 meses e sem uma oferta de emprego, caso queira vir para cá trabalhar? Deixá-los entrar só com base no facto de falarem português, algo que na esmagadora maioria dos casos nem é propriamente verdade, pois a instrução primária, preparatória, básica e secundária é muito débil nesses países, representa uma injustiça monumental para eles e para nós, que somos portugueses e que temos de lidar com o seu sofrimento e desespero diários.

O respeito pela dignidade da pessoa humana obriga-me, no entanto, a lamentar a sua situação. Porém, a minha razão também me obriga a declarar que basta de imigração desregulada e basta de gente a entrar neste país mais para se “encostar” no que já cá existe feito do que outra coisa, a começar pelas infraestruturas burocráticas do Estado de tipo assistencialista. Defendo que os problemas dos povos dos países africanos da CPLP devem ser resolvidos pelos Governos

# Educação ou Doutrinação?

POR INÊS DIAS

DDEP



Imaginemos um cenário em que a sexualidade estava restrita a fins reprodutivos. A castidade era fortemente incentivada, especialmente para as mulheres, enquanto aos homens se pedia que “explorassem”. Os métodos contraceptivos eram abominados e associados à prostituição, e a homossexualidade era uma aberração de que ninguém queria falar. Esse era o quadro em Portugal antes da lei n.º 3/84, que consagrou o direito à educação sexual e ao planeamento familiar. Em 1984 o Estado comprometeu-se a garantir a educação sexual como componente do direito à educação, mas em 2025 o tema continua em discussão.

**Hoje, o plano curricular da disciplina de Educação para a Cidadania está em consulta pública porque, diz-se, é preciso libertar a escola das “amarras ideológicas” e “proteger as nossas crianças”.** Quando é que o conhecimento, o acesso à informação e o civismo se tornaram ameaças à nossa sociedade e à sua formação?



A disciplina de Cidadania foi criada em 2017, pelo ministro Tiago Brandão Rodrigues, durante o primeiro governo de António Costa. De acordo com a anterior Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, o seu objetivo era “preparar os alunos para a vida, para serem cidadãos democráticos, participativos e humanistas, numa época de diversidade social e cultural crescente, no sentido de promover a tolerância e a não discriminação, bem como de suprimir os radicalismos violentos”. Estruturava-se em dezassete temas, distribuídos por três grupos, com naturezas e aplicações distintas – no primeiro grupo, obrigatório para todos os níveis de escolaridade, incluíam-se os direitos humanos, a igualdade de género, a interculturalidade, o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental e a saúde; o segundo grupo a ser trabalhado pelo menos em dois ciclos do ensino básico, contemplava a sexualidade, os media, as instituições e a participação democrática, a literacia financeira, a segurança rodoviária e o risco constituíam; e por fim, o terceiro grupo, aplicável em qualquer ano de escolaridade, abrangia o empreendedorismo, o mundo do trabalho, a segurança, a defesa e a paz, o bem-estar animal e o voluntariado.

Nas Aprendizagens Essenciais colocadas em consulta pública durante o fim do mês de julho, surgiram apenas dois grupos e oito temas, dos quais nenhum incluía a educação sexual. Ao longo do documento esta, era referida, de forma tangencial, em apenas duas passagens – a primeira, no âmbito dos direitos humanos, que ditava a análise de “casos históricos e atuais de violação dos direitos humanos (incluindo, entre outros, tráfico de seres humanos, abusos sexuais, violência de género, bem como violência contra pessoas com orientação sexual e identidade e expressão de género não normativas)”, e a segunda, no domínio da saúde, correspondendo às capacidades de “respeitar questões relacionadas com a intimidade e a privacidade de cada pessoa” e de “estabelecer relações interpessoais saudáveis, baseadas no respeito, na comunicação, na confiança e no consentimento”.





## CÁ DENTRO

Num país onde as doenças sexualmente transmissíveis duplicaram entre 2021 e 2022; onde, segundo um estudo da UMAR e da CIG, 75,3% dos participantes não consideram violência no namoro pelo menos um dos 15 comportamentos listados no inquérito, e 66,3% referem já ter experienciado pelo menos um indicador de vitimização; e onde o número de interrupções voluntárias da gravidez (IVG) aumentou 5,5% de 2023 para 2024, totalizando 17 807 procedimentos – como é que podemos achar que é mais proveitoso retirar o acesso à educação e à informação?

A escola tem como objetivo desenvolver o pensamento crítico, formar jovens livres e conscientes dos seus direitos e deveres enquanto membros de uma sociedade e dotá-los de ferramentas para se posicionarem, de forma autónoma, política, social e emocionalmente. Ninguém pretende impor um conjunto de crenças ou valores, proibir a capacidade de questionar e julgar o que é ensinado, ou moldar os jovens segundo uma determinada visão – isso seria doutrinação, que é precisamente o oposto da missão de um estabelecimento de ensino e do que realmente acontece dentro das paredes do mesmo. Falar de ideologia de género e de sexualidade não “obriga” as crianças a serem homossexuais ou a terem uma vida sexual ativa precoce, torna-as, isso sim, pessoas informadas e respeitadoras.

Muitos defendem que a instrução sobre sexualidade compete exclusivamente às famílias, e que as escolas e o Estado não podem obrigar os alunos a frequentar a disciplina de Cidadania nem a abordar determinados temas. Contudo, a escola e a família devem existir e trabalhar de forma complementar, sobretudo em matérias que nem sempre são abordadas em casa. Devem os jovens que não dispõem de um ambiente familiar propício para falar abertamente sobre contraceção e sexualidade ficar também sem essa oportunidade na escola? Queremos que aprendam sobre estes assuntos através da pornografia? Ou que os sussurem, sem qualquer fundamento científico, propagando a ignorância e a desinformação?



## CÁ DENTRO

Aplauda-se ainda a substituição ou a desvalorização destas temáticas pela literacia financeira e política, agora com maior relevo no programa da disciplina. No entanto, como diz o ditado popular, o conhecimento não ocupa lugar: não é por as crianças adquirirem conhecimentos sobre determinados temas que têm necessariamente de prescindir de outros. E esta posição acaba por ser irónica e paradoxal: afirma-se que não se pode abordar a sexualidade e a ideologia de género porque os professores não estão suficientemente preparados e podem incutir determinadas ideologias, mas essa preocupação não se coloca quando se trata de finanças ou de política.

É importante saber gerir o dinheiro, compreender o funcionamento de um banco e organizar orçamentos; é igualmente importante compreender o funcionamento da nossa Constituição e dos mecanismos que a aplicam, mas a autonomia económica não é superior à autonomia sobre o próprio corpo e a sexualidade, e o empreendedorismo não vale mais do que a educação sexual.



**O mundo não se limita ao preto e branco, os planos curriculares não são de “direita” ou de “esquerda”, e a escolha não é entre literacia financeira ou educação sexual.**

A escolha é, sim, entre ignorância e aprendizagem; entre retrocesso e progresso; entre ser uma sociedade plural e inclusiva, onde o diálogo aberto e livre é possível; ou uma sociedade que empurra as pessoas para conversas às escondidas, expondo-as a riscos para a saúde física e mental, assim como para a convivência humana.

## CÁ DENTRO



### *Portugal precisa de reformas, não de moções de rejeição (Moção PCP)*

POR MIGUEL BENTO ALVES

DDEP

Em pleno século XXI, assistimos novamente ao espetáculo político da rejeição da moção do Partido Comunista Português contra o programa do XXV Governo Constitucional, liderado por Luís Montenegro. Uma votação que, para muitos, não passa de um episódio parlamentar previsível. Para mim, trata-se de um sintoma evidente do impasse ideológico e da crescente irrelevância que partidos como o PCP têm vindo a assumir na política portuguesa. Mais grave ainda é a insistência numa política do não — uma política que rejeita o futuro e se agarra a discursos ultrapassados, já condenados pela própria história.

O resultado da votação — com a aprovação do programa do Governo e o chumbo da moção do PCP, apoiado pelo BE e pelo Livre, e rejeitado pelos votos a favor do PSD, CDS-PP, PS, Chega, IL e JPP — não foi um mero capricho parlamentar. Foi uma expressão clara da vontade popular manifestada nas eleições de 18 de maio de 2025, nas quais a Aliança Democrática, embora sem maioria absoluta, foi a força mais votada, legitimada para governar e implementar um programa reformista, pragmático e estruturante para o país.



## CÁ DENTRO

Ao rejeitar o programa do Governo, o PCP não assume um papel de oposição construtiva, mas manifesta uma intransigência ideológica que, alheia aos desafios nacionais, só pode ser encarada como um obstáculo ao progresso. Na prática, o PCP não passa de um contributo ideológico cada vez mais anacrónico, desligado da realidade social e económica, preso a modelos teóricos do século passado que já provaram a sua ineficácia. É tempo de trazer esta realidade para o centro do debate político com franqueza e rigor.

O programa do Governo, mesmo com as críticas legítimas que se lhe possam fazer, propõe um conjunto de reformas essenciais — desde a fiscalidade, passando pela Justiça, Habitação, Saúde, Segurança e controlo migratório. Todas estas áreas são cruciais para a estabilidade e o desenvolvimento do país. Este é precisamente o ponto fulcral: Portugal precisa de estabilidade parlamentar e política para poder executar reformas estruturais que há muito se encontram pendentes.



A instabilidade política — caracterizada por moções de rejeição recorrentes, crises governativas e crescentes discursos de ódio — tem um custo económico e social que o país já não pode suportar. Portanto, legitimar um Governo que assume a responsabilidade de governar é não apenas um imperativo institucional, mas também um dever cívico perante a nação. Daí que eu considere, com convicção, que a rejeição da moção do PCP não é apenas legítima, mas também necessária para garantir essa estabilidade.

Neste contexto, importa destacar a convergência inédita entre partidos que, até há pouco, se posicionavam em polos opostos do espectro político. O PS, que poderia ter optado pela rejeição, escolheu apoiar o Governo, assumindo um compromisso com a estabilidade. O Chega, apesar também das críticas severas que faz ao programa, decidiu não viabilizar a moção de rejeição, apelando ao respeito pelo resultado eleitoral e à necessidade de estabilidade parlamentar. Este alinhamento demonstra que, no campo político português, a centralidade das questões e a responsabilidade institucional estão a ganhar terreno face à demagogia e à polarização estéril.

## CÁ DENTRO

Por outro lado, o PCP permanece obstinadamente na sua lógica de confronto e rejeição. A crítica feroz e retórica que dirige ao programa do Governo, acusando-o de destruir os serviços públicos, promover a austeridade e de desrespeitar os valores constitucionais, está cada vez mais desconectada da realidade política portuguesa. Esta postura, embora aparentemente coerente com a identidade histórica do partido, revela-se hoje ineficaz e contraproducente, pois afasta-o dos desafios concretos que o país enfrenta e impede-o de influenciar de forma positiva as políticas públicas.

A história política contemporânea mostra que os partidos que insistem em fechar-se em guetos ideológicos acabam por perder relevância e influência. A extrema-esquerda, simbolizada pelo PCP, já não representa a força de transformação que desejava ser. O seu discurso é, sobretudo, uma reafirmação de um passado glorificado, mas perdido. Portugal, como todos os países europeus, precisa de uma esquerda capaz de se reinventar, de dialogar com a sociedade e de aceitar que o progresso exige reformas profundas, pragmáticas e ajustadas às realidades do século XXI.

É neste sentido que entendo ser urgente a formulação de um contrato político que envolva a Direita reformista — liderada pelo PSD/CDS-PP —, mas também setores mais liberais e conservadores, como a Iniciativa Liberal ou o próprio Chega. Este contrato deve focar-se em compromissos claros nas áreas da fiscalidade, justiça, habitação, saúde, segurança e controlo migratório. São estas algumas das áreas em que a ação governativa deve ser eficaz, transparente e pragmática. Só assim será possível assegurar a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável e continuado que o país reclama.

Tenho defendido que Portugal não pode continuar a brincar às moções de rejeição, como se estas fossem meros atos simbólicos, descolados da responsabilidade política real. A política, para além dos jogos partidários, é a arte da concretização e da esperança. Negar isso é recusar a própria essência da democracia representativa. Quando partidos como o PCP insistem numa oposição automática, sem diálogo ou vontade de negociação, contribuem para a crise política e para a desilusão dos cidadãos com a política.



## CÁ DENTRO

É importante frisar que o ato eleitoral de 18 de maio não apenas legitima o Governo para governar, mas também exige que se levem a cabo reformas, pois governar é assumir responsabilidades. A AD foi encarregada pelos portugueses de enfrentar desafios estruturais que se arrastam há décadas. Não podemos perder tempo com entraves ideológicos que apenas polarizam e atrasam a recuperação económica e social do país.

Um ponto que merece reflexão é o controlo da imigração — tema que, apesar de sensível, não pode ser tabu. É legítimo e necessário que o Governo encare esta questão com pragmatismo e rigor, assegurando a segurança e o bem-estar dos portugueses, mas também o respeito pelos direitos humanos e a integração. O diálogo sobre imigração deve ser sério, transparente e isento de demagogia. Para isso, a Direita moderada deve assumir a liderança, articulando e dialogando para obter políticas que respondam aos desafios reais sem recorrer a populismos fáceis.

Portugal enfrenta hoje um momento político que exige coragem e responsabilidade acrescidas. O PCP, ao manter-se preso ao seu ideário histórico e à política da rejeição precoce, escolhe a marginalização progressiva.

O Governo, legitimado pelas urnas e pela rejeição da moção, tem agora a oportunidade de definir um novo ciclo político, baseado em reformas estruturantes e na estabilidade parlamentar.

Portanto, é imperativo que todos os atores políticos — em especial a Direita — assumam a sua responsabilidade. É fundamental criar um espaço de diálogo e compromisso que permita avançar em reformas urgentes, desde a fiscalidade à luta contra a corrupção e à segurança. Esta é a verdadeira agenda que Portugal exige e merece.

A política do passado, personificada pelo PCP, não pode continuar a ser um entrave ao progresso. Se a democracia portuguesa quer avançar para um futuro de estabilidade e prosperidade, é necessário que a esquerda se reinvente e que a Direita assuma, com firmeza e pragmatismo, o papel reformista que o país exige, face ao quadro parlamentar atual de que dispõe.

E é nesse sentido que termino com a convicção de que, mais do que discursos, Portugal precisa de ação concreta, consensos em várias matérias e de um compromisso firme com o futuro. Só assim poderemos



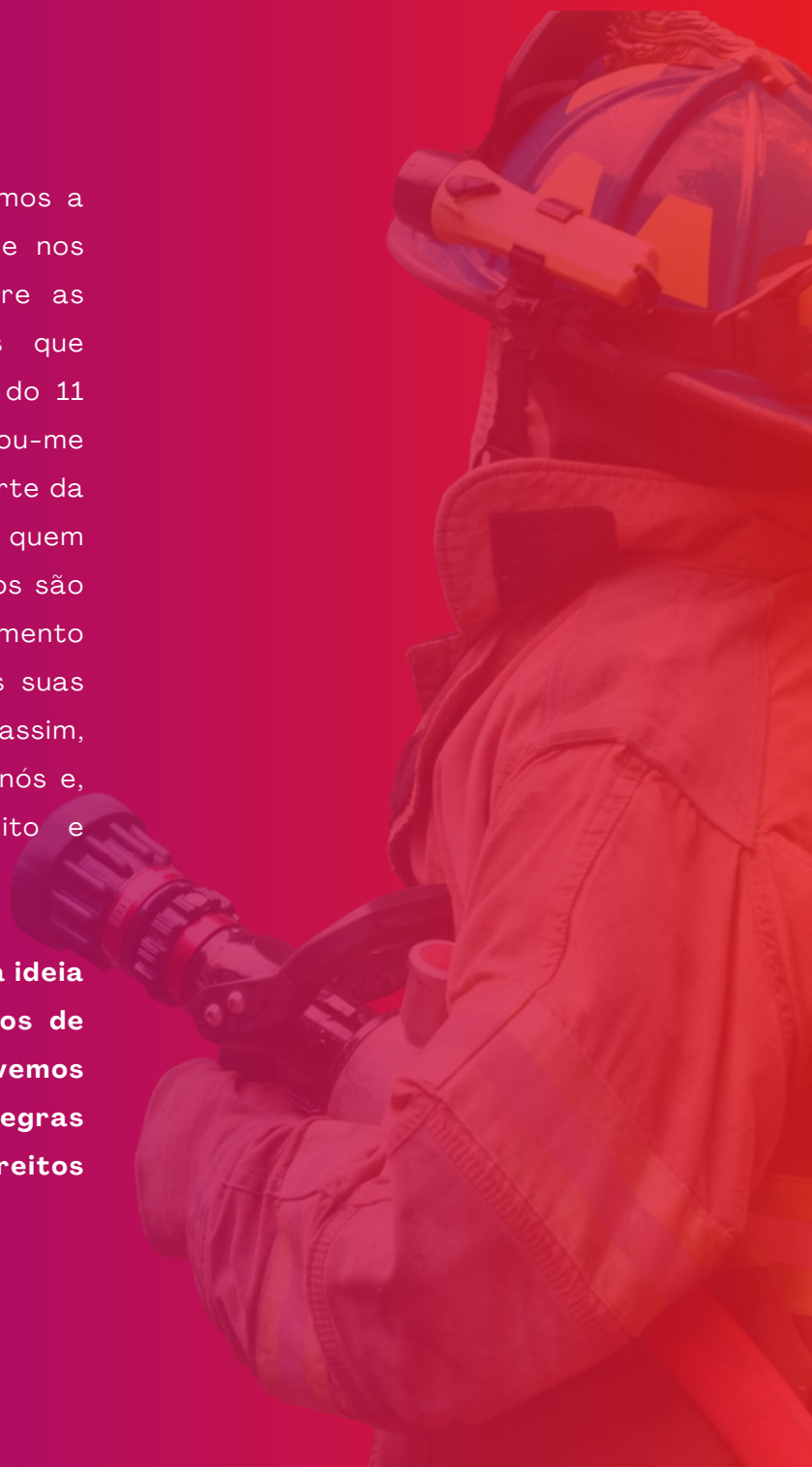
## *Fogos em Portugal*

POR SOPHIA SOUSA

DDEP

Quando frequentei o secundário, tivemos a visita de um bombeiro reformado que nos veio ensinar primeiros socorros. Entre as histórias que partilhou, contou-nos que participou no combate aos incêndios do 11 de setembro. Esse momento marcou-me profundamente: percebi que ele fez parte da história e arriscou a vida para ajudar quem mais precisava. Para mim, os bombeiros são verdadeiros heróis — a qualquer momento podem perder a sua vida e deixar as suas famílias para trás, e mesmo assim, continuam a lutar pelo bem de todos nós e, por isso, merecem o nosso respeito e reconhecimento.

**Quero, com este artigo, partilhar uma ideia simples, mas fundamental: precisamos de fazer mais pelo nosso país. Devemos preservar o ambiente, cumprir as regras existentes e apoiar a luta pelos direitos dos bombeiros voluntários.**



## CÁ DENTRO

As alterações climáticas provocaram um aumento substancial da temperatura média, particularmente no sul da Europa, em países como Portugal, Grécia, Itália e Espanha. Estas temperaturas são extremamente perigosas, e ao longo dos anos têm custado a vida àqueles mais vulneráveis a condições climáticas hostis. Este aumento da temperatura que em Portugal poderá chegar a 42°C também tem um impacto negativo no ambiente, causando fogos florestais e rurais que queimam toda a vegetação, colocando assim toda a população em perigo, nomeadamente os residentes e condutores que se encontram perto dos fogos. Em 2023 e 2024 os residentes foram obrigados a irrigar as suas propriedades devido aos fogos no Parque Natural de Sintra-Cascais. Atualmente, Portugal tem 17 fogos ativos com várias estradas cortadas. O seu pior ano em termos de número de fogos foi em 2017 com um total de 2 173 fogos registados.

Os principais fatores por detrás dos incêndios em Portugal são, entre outros, a vegetação seca, altas temperaturas, vento, e falta de manutenção dos espaços verdes, tanto públicos como privados. Neste mês de Junho, foi implementada uma declaração, que com a ajuda da PSP e da GNR foi assim fiscalizada, proibindo a população de circular em certas áreas no Parque Natural de Sintra-Cascais. Efetivamente, deveria haver mais fiscalização para evitar a má gestão do espaço florestal, poderiam ser instaladas câmeras de videovigilância para supervisionar a floresta protegida. No entanto, a instalação de câmeras poderá causar desconforto aos próprios residentes por sentirem que não têm privacidade, mas, sendo um local público, não estará a violar o seu direito à privacidade. Os bombeiros em Portugal, ao contrário dos bombeiros nos Estados Unidos, são voluntários. Estes heróis na realidade são prejudicados nas suas condições de trabalho tendo assim um impacto negativo na eficiência e na maneira como combatem os incêndios. Sendo voluntários, não têm seguro de vida, nem os mesmos benefícios que outros trabalhadores que desfrutam de um contrato de trabalho, mas deveriam. A Liga de Bombeiros Portugueses afirmou, no dia 2 de Janeiro de 2025, que “os valores previstos dos seguros de acidentes pessoais ainda é baixo e bastante baixo” onde a proposta era de 300 mil euros. Devido ao gosto e ao amor que têm pela sua profissão, colocam as suas vidas em risco, mesmo não tendo a devida compensação. Lucas Moreira é bombeiro voluntário desde de 2018 e comentou no Diário de Notícias que “os bombeiros por vezes só [são] lembrados no verão, quando o combate ao fogo florestal é 10% do que [fazem]”.



## CÁ DENTRO

Para combater a desflorestação, a juventude do pré-escolar e secundário deverá mobilizar-se para plantar árvores com a sua municipalidade, o que poderia ser uma atividade obrigatória em todas as escolas em Portugal. Para que as novas gerações possam ter uma relação mais próxima com a natureza. Assim, poderia criar uma juventude mais ambientalista ao incentivar bons hábitos que possam ajudar a cuidar das florestas e do nosso ambiente. Seria importante também educar a juventude, a partir dos 16 anos, realizando o curso de socorrismo nas escolas e universidades, e comportamentos a ter em caso de fogo posto onde é necessário um extintor e outros meios de auxílio para combater o fogo.

Atualmente, os nossos meios de informação têm realizado vários apelos aos jovens e a toda a população para uma maior eficiência a nível da limpeza de residências, parques e toda a floresta, podendo assim mitigar a circulação e a permanência da população à noite a partir das 20:00 durante o verão e a partir das 19:00 no inverno, incluindo também a proibição de acender fogueiras, descartar lixo e lançar beatas de cigarro no chão.

No verão de 2024, a União Europeia ajudou Portugal no combate aos incêndios rurais, disponibilizando oito aeronaves, o que demonstrou a importância da cooperação entre estados-membros. Apesar desse auxílio bastante valioso, Portugal não se pode tornar dependente deste apoio externo; é importante que o país invista em estratégias próprias para mitigar os efeitos dos fogos. Para alcançar este objetivo, além das medidas já mencionadas, Portugal poderia adotar algumas táticas usadas com sucesso em Espanha, sendo um país com condições geográficas semelhantes. O seu uso de fogos controlados como meio de mitigação é efetivo ao reduzirem a área ardida por incêndios rurais. Por fim, Portugal deveria simular o exemplo dos Estados Unidos onde os bombeiros trabalham num sistema mais organizado porque nem todos os bombeiros são voluntários portanto, têm mais benefícios e a devida compensação.



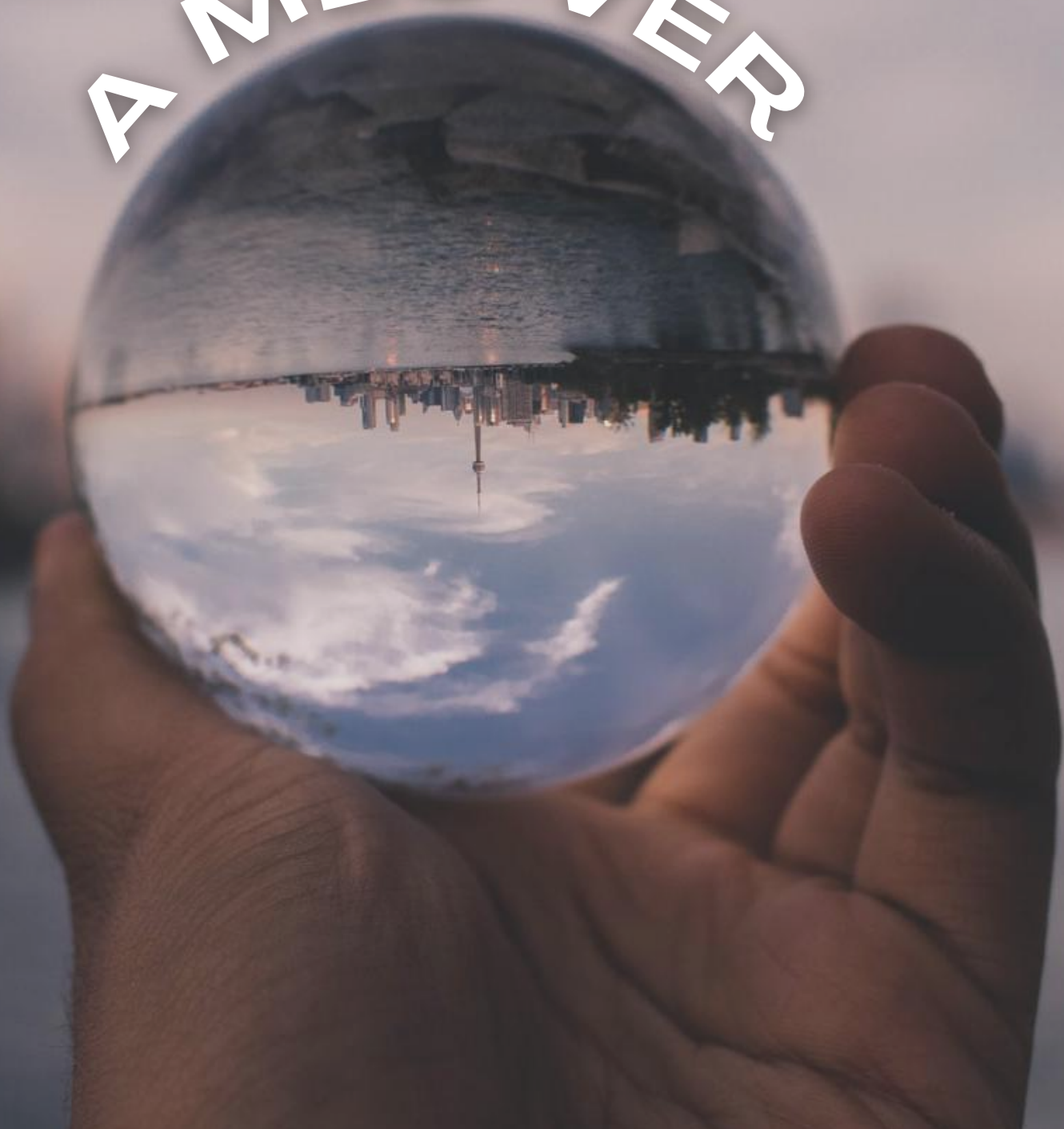
## CÁ DENTRO

Concluindo, os fogos em Portugal só vão ser mitigados se houver cooperação entre cidadãos para cumprirmos as regras existentes, o que é essencial para proteger o nosso ambiente. Por outro lado, a colaboração que Portugal teve com a União Europeia foi extremamente benéfica para o seu desempenho efetivo no combate aos fogos porque sem o seu auxílio, a nossa população e principalmente, os nossos bombeiros, iriam sentir-se mais vulneráveis com a falta de recursos. Para melhorar as condições dos bombeiros, nomeadamente, os bombeiros voluntários, temos de melhorar o nosso sistema ao usar o exemplo dos Estados Unidos como um modelo e a Espanha como inspiração para usufruir de novas estratégias. Mas, o que é crucial, é a voz da juventude e da população para servir como uma força propulsora que ajudará no processo de mitigar os efeitos dos fogos ao melhorar as condições dos bombeiros.

As novas gerações, especialmente a minha, a geração Z, estão cada vez mais envolvidas na política, tanto no Quênia como em Moçambique, onde têm-se mobilizado para se manifestarem contra governos corruptos e autoritários. Portugal é um país democrático, com uma pontuação de 96 em 100 no índice Global Freedom da Freedom House. É justamente com essa liberdade que devemos, como jovens e como população, unir-nos e lutar para que os nossos heróis também possam sentir-se verdadeiramente livres.



# A MEU VER





## **Regras, não moralismo: Uma política de imigração responsável**

POR MARIA EDUARDA SOUSA

DDEP

# PORTUGAL

Durante anos, o debate sobre a imigração em Portugal foi monopolizado por partidos politicamente corretos e por uma elite que impôs um tabu em torno do tema. Qualquer tentativa de questionar o modelo vigente era imediatamente rotulado de xenofobia ou populismo. Como resultado, Portugal passou a funcionar como uma porta de entrada descontrolada para cidadãos estrangeiros que, muitas vezes, nem sequer residem cá, mas usam o sistema para obter nacionalidade portuguesa e, a partir daí, circular livremente por outros Estados-membros da União Europeia, economicamente mais prósperos e com regras migratórias muito mais exigentes.

Nos últimos sete anos, Portugal assistiu a um crescimento explosivo do número de imigrantes. Em 2022, havia cerca de 800 mil estrangeiros a residir no território. Segundo o mais recente relatório sobre migrações e asilo esse número aumentou para pelo menos 1 milhão e 546 mil cidadãos estrangeiros, aos quais ainda deverão acrescentar, estatisticamente, mais 50 mil que deram entrada em processos de regularização e aguardam resposta da AIMA. Este crescimento, aliado à extinção do SEF e a ineficiência da AIMA criou um verdadeiro caos administrativo: milhares de processos em atraso, regularizações feitas sem qualquer critério coerente, ausência total de fiscalização e um sistema que, na prática, deixou de distinguir quem vem para contribuir de quem vem apenas aproveitar. No mês de julho foram descobertos esquemas fraudulentos que expuseram a vulnerabilidade do sistema. Um dos mais graves foi a identificação de 60 casamentos por conveniência.

# 1 Km

## A MEU VER

Segundo a Polícia Judiciária, os imigrantes como clientes desta rede, entravam em contacto através das redes sociais e pagavam cerca de 33 mil euros à rede criminosa. Todas as noivas eram portuguesas, o que permitia a legalização em território nacional. A maior parte dos noivos estão já a viver noutros países da Europa. Estes abusos não afetam apenas a integridade do Estado. Permitem a entrada e a naturalização de pessoas que não têm qualquer compromisso com o país. Portugal tornou-se, na prática, pelo mais fraco da política migratória europeia.

O governo de Luís Montenegro decidiu finalmente enfrentar o problema, visível nas ruas, nas repartições públicas, nas filas para serviços, escolas e centros de saúde. A resposta veio sob a forma de um plano de ação para a imigração aprovado em votação final no Parlamento. No dia 24 de julho, Marcelo Rebelo de Sousa enviou o diploma ao Tribunal Constitucional, travando assim a entrada imediata das medidas. O processo legislativo foi rápido, de facto, como destacaram alguns partidos. No entanto, essa rapidez deveu-se à gravidade do problema, que não pode continuar a prolongar-se por muito mais tempo. O caos instalado na política migratória não pode esperar por formalismos intermináveis. Era preciso agir. E era preciso agir para ontem. Agora, o país vai ter de esperar pela decisão do TC que deverá chegar até meados de agosto. O essencial, no entanto, está claro: o Governo decidiu ouvir as preocupações da população e fez aquilo que se esperava. Resta saber se as instituições vão acompanhar esse movimento ou continuar a adiar decisões enquanto os problemas se agravam.

O plano de ação apresentado pelo Governo assenta na ideia de que o acolhimento deve ser regulado, fiscalizado e orientado para uma integração efetiva. Entre as principais medidas, destacam-se: fim da manifestação de interesses como via para a legalização, exigência de contrato de trabalho válido para entrada e residência, restrição ao reagrupamento familiar, novos critérios para a nacionalidade por nascimento, aumento do tempo de residência exigido para a naturalização, criação de uma unidade da PSP especializada em imigração ilegal e a possibilidade de revogar a nacionalidade a naturalizados condenados por crimes graves. Estas medidas não têm um carácter xenofóbico. São razoáveis, sensatas e compatíveis com os princípios do Estado de Direito. Regular a imigração não é hostilidade; é responsabilidade do Estado.

A esquerda, em particular o Partido Socialista, promoveu uma política de imigração assente em slogans e na crença de que “mais é sempre melhor”. Alimentou-se o mito do acolhimento infinito — como se os recursos públicos fossem ilimitados, como se os serviços de saúde, educação e habitação pudessem absorver um crescimento populacional tão acelerado sem consequências.

## A MEU VER

Quando começaram a surgir indícios de colapso nos centros de atendimento, saturados, situações de exploração laboral, falta de acompanhamento nos processos de regularização, insegurança jurídica, aumento da tensão social, a resposta foi o silêncio. Ou pior: a negação. Mas a realidade impôs-se. A verdade é que o modelo anterior falhou. E é sintomático que tenha sido necessário um novo governo e alguma aproximação a bandeiras tradicionalmente defendidas pelo partido Chega para que se tomasse uma atitude firme. Não se trata de alinhar com extremismos, mas de reconhecer que a realidade não consulta programas partidários. Exige respostas. A esquerda perdeu o monopólio moral sobre os direitos humanos. Hoje, é legítimo dizer: proteger o país e acolher com dignidade não são ideias incompatíveis. Antes pelo contrário. Só com controlo se consegue respeito e verdadeira inclusão.

É natural que existam pontos em comum com a bandeira defendida pelo Chega. Mas isso, por si só, não invalida o mérito das novas medidas. A política deve responder a problemas reais, e não aos fantasmas criados pela retórica ideológica para travar qualquer reforma. Se existem propostas boas, justas e necessárias, importa mais o que resolvem do que de onde vêm. O governo, ao reconhecer que existem limites e objetivos para a imigração, como qualquer país soberano, não está a ceder ao populismo. Está a exercer a governação com pragmatismo. Ignorar esses abusos, fechar os olhos ao crime organizado e permitir o colapso dos serviços públicos seria um ato profundamente irresponsável e contrário aos direitos humanos. Nenhuma democracia tem a obrigação de acolher indefinidamente todos os que queiram entrar. O acolhimento só é eficaz quando sustentável, e a sustentabilidade exige critério, transparência e regras firmes.

Portugal deve, sim, continuar a ser um país de braços abertos. Mas braços abertos não significam fronteiras escancaradas. Significam regras claras, respeito mútuo e integração real. Tanto por parte de quem acolhe, como de quem é acolhido. A imigração deve ser um instrumento para o bem do país, para suprir a escassez de mão-de-obra, para enriquecer a sociedade. Portugal continuará a beneficiar da imigração quando esta for orientada para as reais necessidades do país. Mas para isso, é necessário separar o que é justo do que é abusivo, o que é inclusão do que são esquemas. Controlar a imigração não é fechar-se ao mundo. É proteger quem cá vive, garantir dignidade a quem cá chega e assegurar que Portugal continua a ser um país justo, viável e socialmente coeso.

É preciso coragem política, não para agradar à opinião pública, mas para proteger o futuro do país. E essa, felizmente, começou a reaparecer.



## ***A Inteligência Artificial - para lá da fronteira tecnológica***

POR MADALENA PONTE  
DDEP

Para muitos, a inteligência artificial (IA) é um campo da ciência da computação que desenvolve e concretiza tarefas de carácter humano que, na sua execução, exige o uso da inteligência; funções como o reconhecimento de padrões ou o raciocínio lógico. No entanto, chegou a hora de olharmos para a inteligência artificial não só como uma disciplina mas também como uma matéria abrangente.

Uma matéria que cobre várias áreas e facetas da nossa realidade, uma matéria que, na atualidade, diz respeito tanto à economia quanto à política ou ao desporto. É uma matéria do nosso dia a dia que tem vivido uma constante aceleração no desenvolvimentos dos seus programas.

Os avanços que a inteligência artificial tem conseguido alcançar têm permitido que esta ferramenta se expanda muito para além dos limites que originalmente lhe haviam sido colocados. Todos os dias esta semente tem vindo a brotar e a crescer exponencialmente, derrubando barreiras continuamente e mostrando uma força motriz de inovação criativa e científica.

Apesar da sua influência em diferentes áreas, nenhum outro campo científico foi tão transformado pela IA como a biologia molecular.

Assim como se viu a 9 de Outubro do ano passado, a inteligência artificial chegou aos palcos principais do mundo químico ocupando o papel principal, através da descoberta do cientista americano David Baker e da descoberta dos cientistas ingleses Demis Hassabis e John Jumper; destacados pelos seus papéis no “Design e Estrutura das proteínas”, que os guiou até à maior condecoração na área da Química, o prémio Nobel da Química.



## A MEU VER

Segundo as fontes oficiais da nobre condecoração, David Baker, da Universidade de Washington, foi reconhecido pelo seu projeto computacional para as proteínas (“for computational protein design”), Rosetta, uma plataforma que constrói inteiramente as proteínas, com funcionalidades que não existem naturalmente.

No fundo, David mudou a maneira como anteriormente se olhava para as proteínas; em vez de tentarmos projetar a estrutura das mesmas, através da sequência de aminoácidos inseridos, o investigador decidiu inverter o processo e concluiu que ao olharmos para a estrutura final de uma proteína somos capazes de identificar os aminoácidos utilizados para essa função. A sua obra-prima, Rosetta, permite a determinação dos aminoácidos necessários para a criação de uma certa proteína através do pensamento da estrutura tridimensional desejada, levando-nos a uma nova verdade onde existe a possibilidade de criarmos novas proteínas, para além das 200 milhões estruturas já conhecidas (mais concretamente cerca de 239 267 estruturas experimentais de acordo com o Protein Data Bank, enquanto o AlphaFold Protein Structure Database disponibiliza previsões para mais de 214 milhões de estruturas de proteínas).

David Baker, através do seu projeto nascido no final dos anos 90, tornou realidade o sonho de muitos do mundo da ciência, com a ferramenta disponível publicamente trouxe aos cientistas a possibilidade de desenvolverem novas proteínas passíveis de serem utilizadas em vacinas ou outros produtos farmacêuticos.

Do outro lado da condecoração encontramos Demis Hassabis e John Jumper – o Diretor Executivo e o Diretor de Investigação da empresa Google DeepMind, respetivamente – premiados pela sua previsão da estrutura da proteína (“for protein structure prediction”) graças ao AlphaFold2, um mecanismo que vem reconhecer a inteligência artificial como o 4º membro deste projeto.

Essencial para a investigação, o programa de inteligência artificial apresentado em 2020 e melhorado ao longo dos anos, atingindo a sua versão atual em 2022, surge como uma ferramenta altamente sofisticada, capaz de prever a estrutura de proteínas através de outras já conhecidas, mediante a utilização de redes neuronais profundas.

Apesar de, para os menos interessados, este projeto passar despercebido é muito importante não o esquecermos, uma vez que foi graças ao AlphaFold2 que virámos mais uma página na História da biologia estrutural, simplificando a tarefa de conhecimento da estrutura das proteínas; uma tarefa que anteriormente só era possível ser conhecida através de três métodos que demorava meses e/ou anos a serem executados e concluídos.



## A MEU VER

A utilização deste recurso tem sido notável, não só no campo científico, como para todos nós, ao tornar-se um grande aliado de descobertas significativas, como no estudo da proteína do SARS-CoV-2.

A Google disponibilizou esta ferramenta gratuitamente permitindo que investigadores de todo o mundo consigam projetar a estrutura tridimensional dos 20 aminoácidos compositores de cada proteína e determinar a sua função específica em poucas horas; uma verdadeira mudança de lente no mundo da investigação.

A edição de 2024 do Prémio Nobel da Química reforçou o potencial da IA para acelerar projetos que antes pareciam inalcançáveis. Fora do domínio biomolecular, a inteligência artificial deverá continuar a expandir-se em direções diversas como na logística autónoma, nos sistemas financeiros e na inovação educacional.

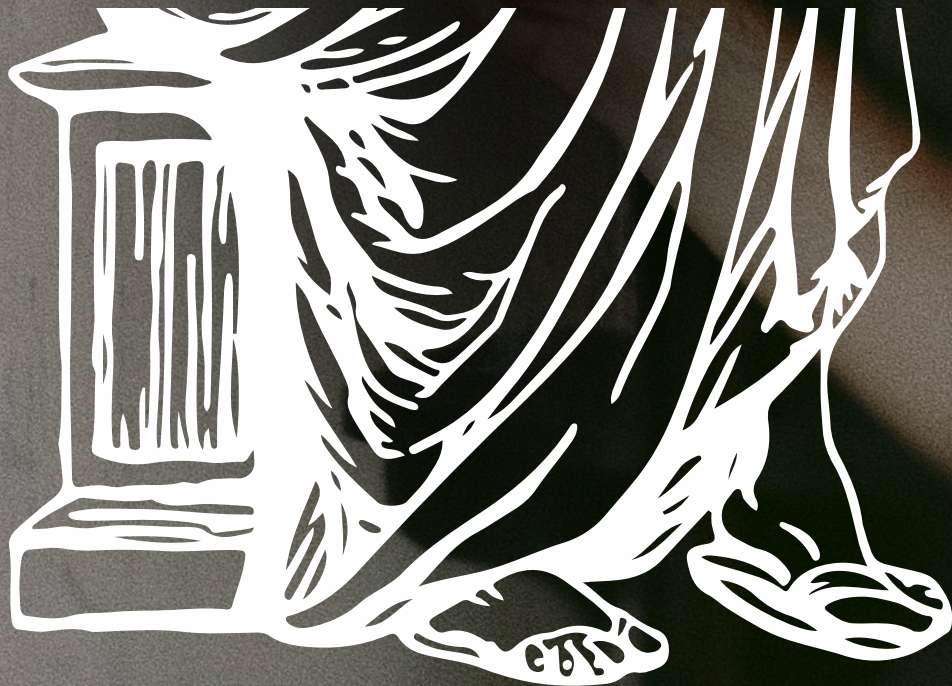
Todavia, estes avanços devem ser feitos sempre com um pé atrás e com uma atenção detalhada e minuciosa preparados para agir contra os desafios que a inteligência artificial traz consigo.

A inteligência artificial tornou-se num motor de transformação científica, cultural, económica e social. Esta condecoração reforça a ideia de que a IA deixou de ser “apenas” um apoio à pesquisa e passou a tornar-se uma protagonista na própria descoberta científica, uma recordista para lá das fronteiras que inicialmente se estabeleceram. O uso de métodos computacionais e de redes neuronais profundas vieram transformar áreas como a química e a biologia molecular. Cientistas como David Baker, Demis Hassabis e John Jumper comprovaram que o limite estabelecido inicialmente à inteligência artificial é apenas uma ilusão e a divisão entre o experimental e o virtual é, agora mais que nunca, uma linha ténue capaz de ser ultrapassada.

Esta nova dimensão que hoje vivemos é uma oportunidade ambiciosa que deve ser abraçada e aproveitada, mas com cautela, reforçando a literacia digital e a investigação responsável, garantindo que conseguimos maximizar os benefícios desta ferramenta e minimizar os riscos associados a esta nova era em que a inteligência artificial está cada vez mais presente na vida humana.



# Philosophia



## ***Ibn Rushd - O filósofo esquecido da Península Ibérica***

POR AFONSO MORAIS

DDEP



No decorrer da história, é possível distinguir entre aqueles cujo legado é eternizado na memória das gerações futuras e os que acabam por ser arrastados pelas areias do tempo. Muitas vezes, essa distinção revela-se cruel, e homens e mulheres de grande valor caem injustamente no esquecimento de muitos. Tal é o caso de Abū al-Walīd Muḥammad ibn Ahmad Ibn Rushd, conhecido impropriamente pela versão latinizada do seu nome, Averróis, uma das mentes mais brilhantes que habitaram a Península Ibérica, cujo legado merece ser estudado e lembrado por todos os que se interessam por filosofia e pela história da região.

Também conhecido no ocidente como “o comentador”, devido ao seu vasto e detalhado comentário às obras de Aristóteles, o trabalho de Ibn Rushd deixou um grande impacto em áreas como a teologia, o direito, a lógica e a moral, tendo influenciado grandes autores como Tomás de Aquino (apesar das suas óbvias discordâncias em matéria teológica). A sua importância foi tal que, em 1341, um decreto papal ordenou à Faculdade de Artes da Universidade de Paris que seguisse “a ciência de Aristóteles e do seu comentador Averróis, bem como de outros comentadores e intérpretes antigos de Aristóteles, exceto nos casos que contrariem a fé”.

Pouco se sabe sobre a vida de Ibn Rushd, dado que este, ao contrário de vários filósofos da altura, não escreveu nenhuma autobiografia ou livro de memórias. Sabemos que nasceu em 1126, na cidade de Córdova, e que tinha 22 anos quando os Almóadas chegaram ao poder na Andaluzia. Devido à posição elevada que a sua família ocupava, Ibn Rushd acabou por frequentar altos círculos sociais em Marraquexe e na Andaluzia, tendo sido o segundo califa dos Almóadas a pedir-lhe que comentasse os trabalhos de Aristóteles, de modo a torná-los mais acessíveis. No fim da sua vida, por motivos incertos, Ibn Rushd acabou por ser exilado em Lucena, a 60 quilómetros a sudeste de Córdova, onde viria a morrer em 1198.

## Philosophia

No campo da lógica, Ibn Rushd considerava que esta era estudo das condições e regras que guiam a mente para que esta conseguisse compreender o mundo ao seu redor. Tal como Aristóteles, dividiu os argumentos lógicos em cinco tipos: demonstrativos, dialéticos, retóricos, poéticos e sofísticos. Este tipo de argumentos não se distinguem pela forma, que é a mesma, mas pelas premissas utilizadas. As premissas dos argumentos demonstrativos são necessárias, as dos dialéticos são geralmente aceites, as dos retóricos são geralmente acreditadas, as dos argumentos poéticos são imaginárias, e as dos argumentos sofísticos são enganosas. Para Ibn Rushd, a chave do raciocínio lógico deve ser a demonstração, sendo este o único método que nos leva à certeza. Ao comentar a República de Platão, Ibn começa por dizer que o seu objetivo é aproveitar todos os argumentos científicos e eliminar os argumentos dialéticos. Isto não significa que todos os argumentos à exceção dos demonstrativos sejam inúteis, mas que quando um tipo de argumento não é o mais eficaz, devemos recorrer a outros. O argumento demonstrativo abre caminho à demonstração e à ciência, que embora não nos confere certeza absoluta, nos aproxima dela.

Ibn Rushd distingue também entre diferentes tipos de demonstração: a absoluta, que prova a existência de algo com base numa causa conhecida antes do efeito, a demonstração da existência, que prova a existência de algo sem conhecer a sua causa, e a demonstração da causa, que prova a causa de algo quando já se sabe que o efeito existe. Na matemática, normalmente é possível construir demonstrações absolutas, porque as premissas fornecem a causa e são mais conhecidas do que as conclusões. Já nas ciências naturais e na metafísica, isso raramente acontece.

No domínio do direito, Ibn Rushd é famoso pela sua posição sobre o valor lógico e epistemológico dos raciocínios jurídicos, que para ele, produzem apenas uma opinião. Nos seus textos jurídicos, rejeita chamar “silogismo” aos raciocínios jurídicos, apesar de os juristas da época já usarem esse termo. Para ele, o silogismo dos juristas tem um significado diferente, pois não deduzia o desconhecido a partir do conhecido. Em vez de tentar transformar o raciocínio jurídico num silogismo, focou-se nas origens semânticas e linguísticas das regras jurídicas. Para Ibn Rushd, cada ciência tem as suas próprias características, e quem tentar estudar lógica e jurisprudência ao mesmo tempo acabará por falhar em ambas.

No que diz respeito à psicologia, seguindo a tradição aristotélica, Ibn Rushd defendia que todos os seres vivos têm uma forma substancial: a alma. Mesmo no caso das plantas, as suas funções (como a nutrição) exigem um conjunto de características que vão além do que se encontra nos seres inanimados. Ibn Rushd distingue então três níveis de operação da alma: o nutritivo, presente nas plantas; o sensitivo, presente nos animais; e o racional, exclusivo dos seres humanos. No plano do conhecimento, este começa como uma atitude passiva, o que se observa de forma clara nos sentidos: a visão, por exemplo, recebe as cores do mundo exterior através da luz, que as transmite até ao olho.

## Philosophia

Este processo é, na maioria das vezes, fiável, porque o mundo natural funciona de forma regular. No entanto, os sentidos são apenas meios físicos.

A verdadeira percepção das coisas ocorre através do sentido comum, que integra os dados dos cinco sentidos e nos permite ter consciência da nossa experiência sensorial. Ibn Rushd localiza tradicionalmente esse sentido comum no coração, mas admite que termina no cérebro. Este é o ponto de transição entre o físico e o espiritual. Ele compara o sentido comum a um ponto no centro de um círculo: único, mas ligado a várias extremidades (os sentidos). É aqui que começa a consciência e a interligação dos diferentes sentidos.

A partir do sentido comum, os dados sensoriais passam por outras três faculdades, localizadas em diferentes zonas do cérebro: a imaginação, permite manter imagens mentais de objetos mesmo quando estes não estão presentes; a faculdade cognitiva, que extrai significados individuais a partir dessas imagens; e memória, que armazena e recupera essas imagens e significados. Ibn Rushd argumenta que os animais não humanos não têm faculdade cognitiva, ficando assim limitados às aparências sensoriais, sem compreender significados mais profundos.

Embora Ibn Rushd aceitasse que o cérebro realizava muitas funções cognitivas, considerava que o pensamento abstrato exigia outro tipo de capacidades intelectuais. Aqui, ele identifica duas faculdades intelectuais distintas, tanto na função como na substância: o intelecto agente, que torna universais as intenções formadas pela imaginação; e intelecto material, que recebe essas formas abstratas e pensa com elas.

Ibn defendia também que todos os humanos partilhavam o mesmo intelecto, com base em três ideias iniciais: todos os humanos pensam de forma abstrata; o pensamento abstrato não pode acontecer num ser material; e os humanos são seres materiais. Ele concluía então que os humanos, sendo apenas corpo e alma, não podiam pensar abstratamente por si mesmos, mas estavam ligados a um intelecto partilhado (material e agente), que lhes permite pensar universalmente. Como? Porque a alma humana nunca pensa sem imagens, isto é, o intelecto material precisa das imagens fornecidas pela imaginação de cada pessoa individual. O intelecto é eterno porque a espécie humana é eterna, e cada pessoa pode ativar o pensamento ao fornecer imagens. Por isso, mesmo que o intelecto seja partilhado, o pensamento é considerado “meu”, pois parte da imaginação.

## Philosophia


Ibn Rushd foi então o primeiro filósofo a apresentar uma teoria da mente estendida, a ideia de que o pensamento humano vai além do corpo individual.

No que toca a Deus, Ibn Rushd sustentava que a existência de Deus podia ser demonstrada através de uma rede de argumentos baseados na física aristotélica, estabelecendo a existência de uma causa original. Tal como acontece com os argumentos físicos em geral, este constituía apenas um indício, partindo de características empíricas do mundo que eram mais conhecidas, ainda que fossem causalmente posteriores. Ele rejeitava os argumentos metafísicos a priori, considerando que não só não atingiam o grau de demonstração, como também não eram persuasivos para as pessoas comuns.

De acordo com as observações de Aristóteles na Metafísica, Ibn Rushd propunha que Deus não atuava no mundo material de forma direta. Em vez disso, atuava como causa final, isto é, Deus apenas influenciava tudo através dos céus, de forma indireta. Quanto ao conhecimento divino, Ibn Rushd afirmava que Deus não conhecia o mundo ao pormenor mas sim como um todo. A mente divina, ao pensar em si própria, pensava em toda a realidade. Conceitos como “conhecimento” ou “vontade” também não se aplicavam a Deus da mesma forma que aos seres humanos, dado que Deus nunca muda, nem é influenciado por nada, é um ser intencional que exercia providência sobre o universo.

Ibn opunha-se à teologia excessivamente metafísica e especulativa, afirmando que as questões religiosas devem ser analisadas filosoficamente, mas sem submeter a filosofia à teologia. Um bom exemplo disso é a sua opinião acerca da profecia. Para ele, a verdadeira prova de que um profeta era autêntico não eram os milagres, mas sim o valor dos ensinamentos que este trazia. O que comprovava que Maomé era profeta era o conteúdo do Alcorão, que apresenta leis universais capazes de trazer felicidade a toda a humanidade.

A história da Península Ibérica é, acima de tudo, uma história de multiculturalismo. Tanto em Portugal como em Espanha, compreender verdadeiramente o passado do nosso povo e da nossa terra exige ir além da data da fundação dos nossos países. É necessário refletir sobre os diferentes povos que por cá passaram e que, ao longo dos séculos, contribuíram para enriquecer a nossa cultura. Ibn Rushd é, então, a meu ver, o exemplo de um homem injustamente relegado ao esquecimento de muitos, e merece ocupar um lugar de destaque entre os grandes pensadores e autores ibéricos, a par de nomes como Luís de Camões, Miguel de Cervantes, Fernando Pessoa e Federico García Lorca.



# NÚC LEO MUSI CAL

# ***Express - Um caminho para um novo som.***

POR DAVID VIEIRA

DDEP



Love and Rockets são uma banda bastante obscura, desde que os comecei a ouvir que se tornaram uma das bandas mais desenvolvidas e únicas em comparação às bandas que normalmente ouço. Desde a minha infância, sempre tive algum grau de exposição aos Love and Rockets (através de familiares), o que despertou alguma curiosidade para investigar e perceber quem eram os seus membros e como criavam músicas tão distintas. Os Love and Rockets formaram-se em 1985 após a dissolução dos Bauhaus (1978-1983), os seus membros são Daniel Ash (vocalista e guitarrista), David J. (baixista e vocalista) e Kevin Haskins (baterista). A característica musical desta banda é a mistura do som dos Bauhaus, caracterizado pelo estilo gótico, com um baixo mais presente, sendo o principal instrumento em algumas músicas, e utilização de efeitos para criar um maior destaque instrumental à música.

Os Love and Rockets vão adotar um lado mais rock, pós-punk e o principal fator diferenciador destas duas bandas será a adoção de sintetizadores. Contudo, esta banda terá como principal desafio o facto de “deixarem de ser Bauhaus sem o Peter Murphy”. Esta necessidade de se tornarem algo novo vai levar a uma inovação constante a nível musical dos Love and Rockets. O que levou o seu single “So Alive”, lançado em 1989, a chegar ao número 3 na Billboard.



Essa necessidade de criarem algo de novo pode ser observada no seu primeiro álbum *Seventh Dream of Teenage Heaven*, em músicas como “Saudade”, “If There is a Heaven Above” e “Ball of Confusion”. Todas estas músicas demonstram uma ruptura geral do som utilizado pelos Bauhaus para o som característico mais tarde criado pelos Love and Rockets. Desta forma, já com o seu som característico a ser criado, em 1986 é lançado *Express*, com 40 minutos, composto por 8 músicas. Este álbum é definitivamente um passo na direção certa para uma consolidação sonora dos Love and Rockets, na qual todas as músicas em *Express* têm algo que as distingue e as torna únicas.

## NÚCLEO MUSICAL

Com o “Love Me”, uma música mais lenta, com a utilização de uma guitarra acústica, tanto a bateria como o baixo não estão tão presentes, permitindo assim que a voz de Daniel Ash ganhe destaque, mostrando a sua capacidade em ser vocalista (durante os Bauhaus, Daniel Ash apenas fazia vocais secundários). O “Yin and Yang (The Flowerpot Man)” é um claro contraste de “Love Me” pois “Yin and Yang” é bastante mais acelerada, com uma bateria bastante presente (até parecida com o cavalgar de um cavalo), uma guitarra sempre a tocar o riff principal e um baixo audível, no qual desempenha claramente um papel de fazer uma ponte entre a guitarra e a bateria (pois, se não adotasse esta posição, tanto a guitarra como a bateria estariam a tocar partes independentes uma da outra).

Contudo, as músicas que principalmente atraem a minha atenção são “It Could Be Sunshine”, “Kundalini Express” e “All in My Mind”. A abertura do álbum “It Could Be Sunshine”, com o saxofone como introdução, é substituída pela guitarra principal com o seu riff principal (que é simples, mas chamativo), e um baixo cujo papel consiste em suportar a guitarra e o saxofone.

Na segunda metade desta música acontece uma transformação para algo diferente (o único elemento que une ambas as partes é o nome da música). Após esta transformação, a bateria, inicialmente pouco presente, quase um elemento de fundo, torna-se um dos principais motores que fazem com que a música avance e se desenvolva. O riff tocado inicialmente pela guitarra é substituído por um riff mais agressivo, apoiado por efeitos; o baixo, nesta segunda parte, torna-se algo de fundo, no qual apenas toca o mesmo que a guitarra para criar um som maior e mais completo. Permitindo assim que o final desta música não tenha bem uma conclusão, mas sim um final abrupto, dando início à próxima música “Kundalini Express”.

A segunda música do álbum (e, na minha opinião, a melhor deste álbum), “Kundalini Express”, pode ser caracterizada como uma viagem de comboio recriada em música. Desde o seu início, no qual é bastante parecido com um comboio a começar a viagem, seguido dos primeiros versos “This is an announcement / For the transcendental run” e o refrão “All aboard the Express Kundalini”. A parte instrumental é algo que suporta esta ideia, como pode ser observado pelos efeitos presentes em toda a música, que fazem lembrar os sons produzidos por um comboio em movimento, desde o seu movimento até ao vapor solto pelo motor.

## NÚCLEO MUSICAL

Nesta música, em cada uma das suas partes (versos e refrões), acontece uma pequena mudança instrumental, na qual pode ser comparada à mudança de paisagem durante uma viagem de comboio, desde uma tentativa de reproduzir o som de gaivotas até ao sintetizador simular o som causado pelo motor de um comboio.

Contudo, esta música, numa análise instrumental mais tradicional, demonstra uma grande coordenação entre todos os instrumentos em relação à voz do vocalista. Aqui, a bateria toca algo simples apenas para manter a música dentro do tempo, tanto a guitarra como o baixo demonstram uma sintonia em ambas as suas partes. A guitarra torna-se um instrumento de fundo, o baixo toca a sua parte para conectar ambas as partes da guitarra e da bateria, no qual se juntam para dar destaque à voz de Daniel Ash, criando uma pequena orquestra composta por três indivíduos.

De modo geral, considero este álbum um dos melhores álbuns dos Love and Rockets (até mesmo comparando com alguns álbuns dos Bauhaus). Desde o início ao fim não há uma quebra, não há necessidade de saltar nenhuma música, é sempre uma escalada de qualidade até ao fim do álbum.

Express, aquando do seu lançamento, terá sido aclamado pelos críticos, pois no AllMusic teve 4,5/5 e na Kerrang! teve 4/5. Contudo, este álbum (tal como a banda) não era conhecido, apenas após o lançamento do álbum Love and Rockets é que iriam ganhar algum reconhecimento. Mesmo que esta banda não se tenha tornado internacionalmente reconhecida, o álbum Express será o passo certo para a criação do seu som característico (assim deixando de ser a sombra dos Bauhaus), no qual, em 1989, com o lançamento do single “So Alive”, vão receber o reconhecimento que mereciam, desta forma transformando os Love and Rockets numa banda obscura com um pequeno “culto” de fãs.





**EM  
ENTREVISTA**

**“Os Estados Unidos na nova ordem mundial” com a Professora Ana Cavalieri**

DEPARTAMENTO DE ENTREVISTAS

DDEP



*A procura irrequieta por respostas sobre o futuro da política a um nível internacional desde a recente eleição de Donald Trump foi o que motivou esta entrevista, isto serviu de ponto de partida para muitas das questões que trouxemos à Professora Ana Cavalieri. Para melhor compreender o impacto desta mudança de paradigma ligámos nos ao Teams (cada um a partir da sua casa) para uma conversa que, apesar de distante, decorreu com proximidade, intensidade e espírito crítico.*

**Professora, seja muito bem-vinda. Agradeço mais uma vez a sua disponibilidade e o seu tempo para estar aqui conosco. A minha primeira pergunta diz-se sobre um tema que eu acho que é impossível de evitar, amanhã Trump e Putin vão se reunir para discutir o que é essencialmente o futuro do continente europeu, mas sem a presença de nenhum líder europeu à exceção de Putin. O que é que este comportamento, e outros que temos visto nos últimos meses, nos dizem sobre a forma como a nova administração americana encara a distribuição do poder global e o papel dos Estados Unidos e dos seus parceiros?”**

Boa tarde, muito obrigada, antes de mais por este convite. Eu penso que Donald Trump tem uma visão radicalmente diferente, não só de Geopolítica e de Relações Internacionais, eu, por exemplo, não acho que o papel fundamental dos Estados Unidos seja a promoção de uma ordem internacional baseada em regras, cujo objetivo é proteger os direitos humanos ou a justiça entre os povos.

Eu penso que, no entender de Donald Trump, ele acha isso contraproducente. Ele acha, muito na linha de alguns especialistas, que esse tipo de construtivismo acaba por fazer com que os líderes dos povos da Europa, como antigos líderes americanos, esqueçam verdadeiramente aquilo que conta em geopolítica, que é poder real, material, recursos, território, capacidade militar, energia e independência energética, demografia.

## EM ENTREVISTA

E, basicamente, ele faz isso de uma forma menos simplificada, mas isto tem alguma validade teórica na medida em que vários autores promovem essa ideia de que verdadeiramente, num mundo unipolar em que os Estados Unidos não tinham um adversário estratégico como a China, que compete a vários níveis, que esse tipo de ficção de ordem internacional era capaz de ser sustentada, que era sustentada esta ficção, ou seja, de normas internacionais e que os povos fazem suas decisões geopolíticas para promover o bem comum e não os seus próprios interesses, que essa ficção era sustentada, ou era passível de ser sustentada numa ordem internacional dominada por uma super-potência, que eram os Estados Unidos, que impunham essas regras, e que agora numa arena estratégica de competição com a China, que ele entende que os Estados Unidos e a Europa têm de mudar radicalmente de perspectiva, e no fundo perceber que o sistema internacional é inevitavelmente anarco, e que por isso não há verdadeiramente uma justiça e uma ordem baseada em normas, porque não há ninguém que consegue, não há nenhuma potência central que consegue fazer com que o país, com muito poder, faça aquilo que esse órgão central quer, ou seja, a ONU, por exemplo, não tem o poder de fazer executar as suas resoluções, se a China não quiser, se os Estados Unidos não quiserem, ninguém é obrigado a fazer aquilo que não quer, a não ser se seja medido a fazer por interesses e pressões vindas de real poder. E eu penso que, no fundo, que Donald Trump veio foi implementar essa visão.

Em termos diplomáticos, o que significa é desconfiar daquilo que é o multilateralismo. Ele, por exemplo, a perspectiva de Donald Trump é que é impossível negociar com Putin se tiver 30 partes e 30 membros envolvidos. Seria os Estados Unidos, a Ucrânia e os vários membros europeus.

Ele basicamente sabe que a Ucrânia não consegue sobreviver aos seus esforços de guerra sem as armas americanas, a Europa consegue financiar, mas existe determinado armamento e sistemas aéreos que a Europa não consegue produzir em larga escala, precisa dos americanos. E, portanto, por causa disso, o Trump sabe que tem aquilo que é a voz determinante para conseguir também pressionar não só a Zelensky a acertar o Cessar Fogo, mas também o Putin. Nós sabemos que, na última semana, ele implementou tarifas secundárias à Índia, ainda é um dos países que mais compra petróleo e gás natural à Rússia, e nós sabemos que, por exemplo, na semana passada, já há 7 petrolíferas indianas que já cessaram a suspender a compra de petróleo e gás natural da Rússia, precisamente porque ainda não sabem como é que esta estrutura sancionatória irá, ir-se-á desenvolver.

E, portanto, isso efetivamente degrada a economia da Rússia, nós sabemos que os russos já estão com problemas em termos de distribuição alimentar, estão com problemas de recrutamento, porque estão a morrer muito e estão a morrer, e estão a ver altas baixas em termos de peritos de muitos soldados russos, não está a ser fácil para Putin sustentar uma guerra de atrito como

## EM ENTREVISTA

tem acontecido, e eu penso que, Donald Trump, então, acha que esta é a altura certa para tentar pressionar, já disse ontem, quarta-feira, não sei que dia, é ontem, dia 12 ou 13, dia 13, exatamente, disse ontem que se Putin não assumir nenhum tipo de concessões, porque ele não tem concedido em nada, vai ver consequências severas para a Rússia, mas sabemos também que Trump até agora tem sido reticente em verdadeiramente implementar uma linha dura com Putin, e, portanto, estamos com a outra perspectiva. Mas eu penso que a ideia, em termos de visão geral, é uma desconhecida do multilateralismo e das organizações internacionais que Trump acha que estão desajustadas atualidade com aquilo que é a comunidade internacional dividida em dois polos opostos, os Estados Unidos e a Europa, a Rússia, a China, o Irão, a Coreia do Norte e o outro lado. E, pronto, será isto um pouco mais resumido as diferenças filosóficas de geopolítica que Trump apresenta.

**A próxima pergunta é sobre o USAID e sobre a perda de soft power. Nós vimos a redução de instrumentos de ajuda externa dos Estados Unidos, como o USAID, esta redução poderá traduzir-se numa diminuição substancial do seu soft power e capacidade de influência americana no sistema internacional. Então, como é que esta perda poderá ser compensada e que alternativas existem para manter o peso dos Estados Unidos na diplomacia global perante o crescimento da influência chinesa?**

É uma excelente pergunta, porque mistura não só a política orçamental americana, a ideia de que a administração de Trump está a tentar eliminar determinados desperdícios e gastos do Estado que consideram que não sejam úteis, ou que não têm o retorno do investimento que podiam ter, mas isso entra um pouco em contradição com o mega pacote legislativo que eles aprovaram e que acaba por ter um peso no déficit, mas mesmo assim há pormenores sobre essa lei que não se resumem propriamente a “Ai, vai aumentar o déficit”. Mas existe um esforço alegado da parte deles de quererem cortar com despesa consideram que não têm o retorno do investimento que é útil para os Estados Unidos.

Mas existe também aqui uma outra visão muito ligada com esta mudança de uma perspectiva construtivista de promover direitos humanos através de normas, e de ajuda humanitária, para uma perspectiva de grande desconfiança destas organizações não-governamentais, a ideia de que a maior parte dos funcionários destas agências não-governamentais partilham de uma proclividade ideológica mais progressista, mais de esquerda, que em vez de estar a promover os interesses reais americanos nessas zonas onde estão a trabalhar, estão a promover interesses mais progressistas, até muitas vezes desajustados com as populações locais onde estão a distribuir ajuda, acham que há muito desperdício, acham que existe também, pensam que existe uma ideia de que promover uma relação em que é meramente de ajuda humanitária cria dependências e não

## EM ENTREVISTA

dá incentivo a estas populações a se organizarem economicamente para eles próprios estabelecerem as estruturas sociais e produtivas que necessitam para estarem independentes dessa ajuda ou para terem um caminho mais autónomo que não dependa de uma constante ajuda externa. Existe essa desconfiança ideológica, existe esta desconfiança, portanto, do mecanismo, de exacerbar os incentivos que não levam ao desenvolvimento destes países, destas regiões, destas populações, e depois existe também a ideia de que esse tipo de ajuda humanitária não consegue competir com as formas e estratégias de investimentos chinesas, que são aquela mega iniciativa de desenvolvimento.

### O “Belt and Road Initiative”.

Exatamente. Essa é a iniciativa que, no fundo, promove investimentos de megas infraestruturas com as mulheres chinesas, esses governos entram em enormes dívidas com o governo chinês, também para além de ter essa dependência de dívida, também são obrigados muitas vezes a conceder aos chineses recursos naturais dos seus próprios países e regiões a muito baixo custo, e, portanto, aquilo que a administração Trump entende é que essa fórmula de soft power já não consegue sustentar verdadeiramente o tipo de influência que os americanos querem ter. Agora, o problema é as consequências humanitárias, porque já há vários estudos que indicam que, devido a muitas centenas de milhares de pessoas, se não milhões de pessoas, dependem dessa ajuda humanitária. Primeiramente em termos de plano de proteção e preservação de doenças, vacinação, mas também de distribuição alimentar básica, e que isso, por si só, vai ter um custo humanitário que é incomportável para um país como os Estados Unidos, que ainda querem promover uma visão moral da sua política, não é? Porque nós podemos ver os discursos de Trump, mesmo os discursos de America First, continuam a estar sustentados por uma ideia de excepcionalismo americano, e esse excepcionalismo americano ainda tem no seu mito, na sua mitologia, uma ideia de, moralmente, estarem numa plataforma muito superior a sistemas tirânicos, ou a sistemas que não promovem tanto o bem-estar social, a salvar vidas em países que estão em grande sofrimento e em grande conflito.

Mas a ideia é, portanto, isso, que os americanos não conseguem ter uma alternativa à Belt and Road Initiative, e que, portanto, alguma alternativa irá ter de acontecer. Mas também há muitas misturas com os custos orçamentais, e muita perda e muito sofrimento à custa destes cortes. A Europa também não consegue arranjar a alternativa, não é? Porque nós temos muito o nosso orçamento comunitário, a ajuda humanitária, mas está muito longe daquilo que os americanos investiam nesse tipo de projeto.

## EM ENTREVISTA

**Esta nova doutrina económica do America First está sendo uma abordagem bastante mais fria e pragmática às relações comerciais entre Estados Unidos e outro Estado, e podemos olhar para a negociação das tarifas como foi lá há umas semanas atrás como um exemplo, e se este estilo de negociação é sustentável a longo prazo para as relações transatlânticas, ou qual o risco de danificar as bases institucionais e económicas desta parceria, já bastante antiga, entre Estados Unidos e União Europeia?**

Penso que sim, na medida em que do nosso lado existe, não só por parte dos nossos líderes, mas também de nós próprios cidadãos europeus, um certo ressentimento a esta nova abordagem. Pensamos que é uma abordagem de conhecimento, de filosofia, ofensiva, mas mais uma vez é expressar aquilo que o Trump genuinamente acredita. Ele acredita em três linhas relativamente gerais em termos daquilo que é a parceria económica com a Europa. Primeiro que existe, ou seja, em termos de bens, em termos de serviços, os Estados Unidos até tem um excedente, vá lá, na balança de serviços, mas a injustiça prende-se com os produtos, e o Trump acredita que tem havido uma injustiça perpétua na medida em que os Estados Unidos têm tido sempre umas tarifas, taxas aduaneiras assimétricas relativamente à Europa.

A Europa, principalmente, sempre, em determinados setores, principalmente, sempre implementou tarifas mais pesadas para produtos que importavam dos Estados Unidos, quando comparado com a vice-versa. A ideia, em termos ideológicos, é simples, e é algo partilhado pelos partidos tanto democráticos como republicanos. A ideia era, nos Estados Unidos, isto é tipo uma espécie de consenso desde o pós-guerra, Segunda Guerra Mundial, a ideia era que os Estados Unidos tinham uma economia robusta, dinâmica e grande o suficiente para sustentar esta assentaria de tarifas, não só com os Europeus, mas com outros países, na perspectiva que ao promover o comércio livre, o comércio livre iria promover o desenvolvimento e o crescimento económico destas várias regiões, e esse crescimento e desenvolvimento económico levava quase que um corolário inevitável à liberalização dos sistemas políticos e à democratização dos sistemas políticos.

O problema foi que a China não percebeu esse progresso, ou seja, a China começou a negociar aquilo que foi a internacionalização e a liberalização do comércio, mas o que acabou por acontecer, e isto tem a ver com o segundo pressuposto de Trump, acabou por acontecer-se que houve uma desindustrialização dos países europeus e dos Estados Unidos, que fizeram o outsourcing ou externalizaram a maior parte da sua capacidade produtiva para a China e para outros países cujo custo laboral era mais reduzido, e isso naturalmente beneficia os consumidores, porque estão a pagar menos pelos produtos, mas têm duas consequências graves. Uma é que muitos membros da classe trabalhadora que estavam destritos

## EM ENTREVISTA

aos sectores industriais, tanto da automóvel, produção de alumínio, e aço, que perdem então os seus postos de trabalho, e por causa disso há comunidades e cidades americanas em Estados importantes dos Estados Unidos, no processo eleitoral e no processo, por exemplo, de eleição presidencial, que sofreram muito, ficaram degradados socialmente, economicamente, e também existe a dependência estratégica, a dependência, peço perdão, económica, que os Estados Unidos e vários países da União Europeia passaram a sofrer relativamente à China, que é o seu maior adversário geopolítico. Não esquecer que a China implementou e continua a implementar talvez a maior estratégia de subversão, de polarização e de desgaste das sociedades ocidentais, de modo a ter efeitos políticos e económicos específicos para eles próprios.

E nós, esse país que promove esse tipo de estratégia, estamos a conceder uma posição de enorme vulnerabilidade de nós termos relativamente a esse país, porque cerca de 80% das nossas cadeias de abastecimento e produção passam pelas Chinas. E o Trump acha que isso é insustentável. Esses são no fundo os três problemas.

Relativamente à Europa, existe uma tentativa de equilibrar esse suposto déficit comercial que os Estados Unidos têm em relação à Europa, mas isso não significa, porque então a pessoa pensa ok, então isto é tudo uma manobra de negociação, para no final a Europa reduzir as suas taxas ao máximo, e os Estados Unidos também tentam reduzir as suas taxas, e então seria um acordo comercial que iria apelar ao adverso ainda mais livre. Não é bem assim. E aí está um problema e uma falta, e uma contradição que eu penso que Trump tem, porque aquilo que eu quero verdadeiramente é produzir um acordo comercial que estabeleça determinadas, ou que reduza, aquilo que são as imposições regulatórias que a Europa muitas vezes estabelece, e que portanto não é só a taxa aplicada a produtos americanos, que apenas às empresas americanas são também um conjunto de regulações, um corpo regulatório que faz com que as empresas americanas não consigam competir com a mesma equidade com as empresas europeias no mercado europeu, e isso também no fundo é uma maneira de penalizar e tentar pelo menos que a Europa elimine determinadas regulatórias, como é que se diz em português, não sei se é regulamentação ou regulação, mas este quadro regulatório, que seja eliminado ou seja exterminado, isso é um grande objetivo que Trump quer com este acordo, mas também ele quer promover a proteção nacional de todos os seus próprios consumidores americanos, quer também mover ou obrigar determinadas empresas a produzirem e a abrir a indústria para haver acesso à industrialização americana, e por isso é no fundo, por um lado, tentar que o acesso mais livre ao mercado europeu, mas por outro lado impor maiores taxas do que é tradicional na perspectiva americana de implementar relativamente a bens europeus que importa, aumentar essas taxas de modo que o consumidor americano tenha preços mais sedutores de produtos produzidos nos Estados Unidos e por empresas nacionais, muito menos produzidos nos Estados Unidos, e também que isso crie postos de trabalho.

## EM ENTREVISTA

Agora o problema é que nós ainda temos sempre de ver os números da inflação, até agora a inflação tem estado muito reduzida, pensa-se que isso é produto das empresas americanas que dependem da sua cadeia de montagem ainda, ou de abastecimento, ou cadeia de produção, ainda dependem de determinados produtos ou materiais que vêm da Europa e eles fizeram aquilo que se chama de “acumular o máximo antes das taxas entrarem em vigor” e, portanto, os efeitos de um sistema em que esses materiais e esses componentes já são taxados a uma taxa mais elevada não estão a ser sentidos.

Mas já estamos a ver hoje a taxa, neste momento, marginal de 2,7, que é uma taxa muito reduzida, e então o Trump vai utilizar isso como prova de que não vai haver um efeito inflacionário muito grande destas políticas, que pelo menos as empresas americanas ainda não têm passado isso para o consumidor, os importadores americanos, quero dizer, e enfim, vamos ver. Mas é complicado, porque eu penso que há um desgaste e uma animosidade foi criada institucionalmente, mas também em termos de sentimento das populações, que estão a ser forçadas pelos americanos a uma situação pior do que era anterior. O que diz é que não, o que eu estou é recompor a justiça porque vocês estavam a ser beneficiados por um comércio internacional e estavam a cobrar tarifas muito superiores do que o Estado, e comercializaram com isso, e que agora, no fundo, essas borlas, não eram borlas, mas acabaram.

**Eu acho sempre muito interessante ver como se nós analisarmos sempre nas entrelinhas esta política externa internacional da administração de Trump, há sempre uma vertente, que é sempre o que é uma resposta sempre à China, e há a sucesso por parte do governo chinês, o que mostra realmente qual é a verdadeira prioridade desta administração, que é combater a sua maioria ali neste momento, que é mesmo a China.**

Vocês tinham que idade, mais ou menos, em 2016? Já eram politicamente conscientes ou não a acompanhar as eleições?

**Eu, pelo menos, não era.**

Em 2016, havia um meme, que era constantemente repetido, que era o China do Trump, China, China, e tal, no final de cada debate, havia sempre uma compilação da quantidade de vezes que ele dizia China, China, China, e mudou, porque até lá não havia ainda a percepção no eleitorado americano que verdadeiramente a China poderia ser aquilo que a União Soviética, se calhar, foi na Guerra Fria, no século XX, não é?

## EM ENTREVISTA

Não havia ainda muito essa reflexão e talvez esse entendimento, que depois, naturalmente, as pessoas começaram a perceber mais sobre determinadas opressões sociais que o Governo Chinês faz, também campos de concentração em determinadas regiões, relativamente a determinadas minorias étnico-religiosas, e depois o Covid foi algo também que provocou uma grande mudança estrutural, porque nós também percebemos como é que eles lá fizeram estruturar a sua resposta a esta crise de saúde pública. E isso, então, as pessoas ficaram assim mais oprimidas, se calhar é um modelo político-económico que, a determinada altura, pode acabar por nos prejudicar como sociedade de determinados valores ocidentais.

Mas, sim, o Trump se sente certo que a mudança geopolítica para o Indo-Pacífico foi durante o Obama, em termos de investimento, mobilização, de atenção. E muitos criticam essa falta, essa visão muito focada no Indo-Pacífico, por o Obama não estar focado naquilo que seria a ameaça russa quando toma a Crimeia em 2014. No fundo, a grande crítica que, por exemplo, Trump faz foi aos Democrats, vá lá, é que tanto Obama como Biden não conseguiram projetar poder americano, um poder que sustentasse a força dos seus aliados, de modo a fazer com que Putin fosse dissuadido de ir lá dentro da Crimeia.

Mas essa mudança, vai lá, de grande adversário geopolítico passar a ser visto como a China e também, por causa disso, proteger mais Taiwan, foi muito feito para o Obama e bem, mas Trump potencializou essa animosidade à milenésima potência. Pronto.

**A questão seguinte relaciona-se um bocado com a primeira questão que nós fizemos, porém, esta foca-se na percepção internacional relativamente aos Estados Unidos, e não o oposto.**

**Ou seja, de que modo é que a personalidade e o estilo de liderança de Trump podem influenciar a percepção internacional dos Estados Unidos? E até que ponto uma alteração na política externa norte-americana poderá fragilizar a imagem do país, enquanto potência aquela imagem que nós temos bem em mente? E será que estas características da administração de Trump podem ser consideradas uma vantagem para, útil, no que toca destabilizar a dinâmica internacional existente agora?**

Isto é interessante, porque há duas maneiras de ver essa questão. A primeira, bem, a posição de base é que Trump quer cá saber o que é que altos funcionários no corpo diplomático, ou líderes políticos europeus, ou os europeus pensam nele. Ele está-se marimbando. Não liga, não se interessa, o que ele quer é, ele tem uma convicção que, atenção, eu acho que é muito espontâneo naquilo que, a maneira, por exemplo, de fazer diplomacia dele é muito de, eu tenho este objetivo, sei lá, fazer, por exemplo, um acordo entre a Arménia e o Azerbaijão, ou tentar, ou fazer aquela operação especial no Irão, ou tentar mediar com a Índia e o Paquistão.

## EM ENTREVISTA

Ele tem esse objetivo. E ele pergunta sempre, eu consigo fazer? Posso? Tenho a capacidade? Tenho o poder? E ele não se preocupa muito com os meios de achar, até que naturalmente ele sabe que, eu penso que há muita gente que acha que ele é absolutamente louco, irracional, eu penso que não. Eu penso que a falta de sofisticação dele política, vá lá, existe, mas que isso não significa que não haja uma racionalidade geopolítica por detrás que pode até ter bons resultados. Eu penso que, genuinamente, ele também é uma pessoa que, por exemplo, depois de um encontro e de uma negociação. Pode ser o pior, a pior pessoa ao lado dele. Um líder horrível, responsável por milhares de mortos, ou milhões de mortos, o que seja. Mas se este líder concordou em fazer aquilo que ele queria, ele nessa conferência de imprensa vai dizer, ah, ele é o maior, ele é a melhor coisa que aconteceu àquele país, ele é daqueles que ele elogia muito.

Na minha opinião, a lógica que o acompanhou toda a vida naquilo que era o percurso no setor imobiliário dele. Esse tipo de negociação, muito pessoal e pouco sofisticado, certo que a maior parte, muitas pessoas irão dizer que essa toda a sofisticação de vários funcionários com alta experiência diplomática acabou por não produzir resultados verdadeiramente espetaculares, na medida em que ele reitera que a Ucrânia é invadida no meio, ou durante o mandato de Biden, por exemplo, e anteriormente de Obama, num corpo diplomático cheio de experiência não conseguiu fazer nada sobre isso.

O ataque a Israel, 7 de outubro, também foi durante o mandato de Biden, nenhuma dessas equipas diplomáticas conseguiu fazer isso, e que ele é que, quando estava no mandato, o seu primeiro mandato é que fez os Abraham Accords, ou seja, os Acordos de Abraão, ele agora consegue fazer um acordo com Paquistão, Índia, Tailândia, Camboja, ele tem esperança de conseguir resolver o conflito, resolver o conflito da Rússia, provavelmente acha que conseguiu dar um golpe, assim uma estocada, que pode não ter sido fatal, mas foi muito debilitante ao Irão, e eu penso que a ideia dele é que nestas regiões do mundo, fora da Europa, verdadeiramente aquilo que impõe respeito é poder, é expressar poder, é chegar à sala de reuniões sem falsos, sem nenhuma delições morais, ou nenhuma posição de moralismos que nós queremos impor, o que interessa verdadeiramente é poder, respeito, honra, esse tipo de valores que nós consideramos que já normalmente não são aquilo que deve liderar a perspectiva diplomática, ou a postura diplomática, normalmente os diplomatas da Europa falam muito da Carta das Nações Unidas, das normas, do direito à integridade territorial, e o direito dos humanos, e o Trump acha é que esse tipo de conversa não serve de efeito nestas pessoas, nesses líderes de outras regiões que não a Europa, e determinados países de cariz ocidental, de matriz ocidental, e eu genuinamente acho que ele tem a auto-percepção de que faz diplomacia de uma maneira mais efetiva. Agora, relativamente àquilo que era a ordem liberal, e a ordem liberal internacional é aquela ordem pautada por um discurso político muito próprio, de vários conceitos, de vários princípios, para quem dedica toda a sua vida

## EM ENTREVISTA

a promover essa ordem liberal, como tem sido a maior parte da nossa geração e da geração dos nossos pais, é sempre a maneira, o tipo de discurso político que foi promovido, e o tipo de visão da comunidade internacional que achámos que era o certo, e isso choca-nos imenso, porque achamos que há muita frieza, que há muita injustiça nesse tipo de abordagem que Trump faz, há muita coação, há muitos insultos, e isso choca. O que o Trump irá dizer é que vocês podem ficar com a vossa linguagem política ótima, mas o que vocês conseguiram arranjar foi uma China ultra empoderada, e conflitos a proliferar.

Mas depois os outros irão me dizer, não é bem assim, porque desde que esta ordem internacional liberal foi implementada até tem havido muito menos conflitos comparados para a Primeira Guerra, para a Segunda Guerra Mundial. Mas aí o Trump vai dizer, pois isso acontece porque os Estados Unidos eram a única potência e podiam impor, eram eles no fundo, que ameaçavam outros países a não incitar determinados conflitos, ou então conseguiam-nos controlar esses conflitos e constrangê-los, e limitá-los regionalmente, e agora os Estados Unidos vão ter essa capacidade de serem a única ultra superpotência, então essa ordem liberal cai à terra. Enfim, então o discurso perpetua-se consoante estas duas visões.

Acima de tudo o Donald Trump não se interessa nada por aquilo que os europeus pensam. Aliás, ele pensa, eles vão achar que podem-me odiar, mas no final de contas eles, as realidades materiais, económicas, políticas e militares, sobrepõem-se aos sentimentos deles. E então eles podem odiar-me, mas se precisam das minhas armas, então vão precisar de mim. Precisam do nosso mercado de consumo enorme, o americano, fazem empresas europeias, então vão precisar de mim.

Estão chateados por eu não estar a pagar a casa deles, e estes países europeus da NATO, e no Canadá também, estarem completamente dependentes de nós para a sua segurança, pode-se até dizer que alienar um parte da sua soberania aos Estados Unidos, que é precisamente em que Portugal, França, não se consegue garantir verdadeiramente em termos de proteção do seu território, então alienar-me é uma das grandes responsabilidades soberanias do Estado. E o Trump diz, se eu quero que vocês paguem mais, vocês vão pagar mais? Pagam, podem-me odiar. Mas acabam de fazer aquilo que eu quero porque estão a responder aos incentivos e às realidades materiais dos fortes, e não propriamente às opiniões.

## EM ENTREVISTA

Eu também acho, e suspeito, que o que o Trump pensa, os europeus já eram anti-americanos há muito tempo, na medida em que sempre têm a proclividade de dizer que os americanos são burros, são um pouco sofisticados, desde o 11 de setembro também imperialistas no Médio Oriente, a guerra do Iraque e a guerra no Afeganistão, mas especialmente a guerra do Iraque, desgastou muito a imagem americana. Já dizem mal nós, agora então, não é dar-nos motivos para dizer mal nós, mas pelo menos então retirar os favores que estávamos a fazer a países que já eram um pouco, onde o anti-americanismo já era relevante, ou preponderante. Também existe na classe republicana esse tipo de pensamento.

Eles também já não gostavam de nós, agora somos nós, também não gostamos deles, qualquer coisa assim. Os americanos, agora isto aqui é um parênteses, os americanos, adoraram os europeus, e são, eu pelo menos, eu já vivi muito tempo nos Estados Unidos, e agora aqui em Portugal falam-se americanos, nós estamos repletos de turistas americanos, que acham Portugal o máximo, e nós achamos um país maravilhoso, e eles são super simpáticos, adoram o Europa. Então, em termos pessoais, eu penso que todos, há ótimas relações, mas em termos institucionais há uma degradação, sem dúvida.





DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2025